

EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA 20.002/2019

PROCESSO Nº 0332942018-03

OBJETO: Chamada Pública para Prestadores de Serviços de Saúde da rede privada com ou sem fins lucrativos, com ou sem títulos de filantropia, que tenham interesse em prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde na Média e Alta Complexidade, ambulatoriais de apoio diagnóstico e terapêutico e hospitalares clínicos e cirúrgicos, UTI, em todas especialidades médicas de forma complementar, eletiva ou de urgência/emergência, para compor assim o Banco de Prestadores e possível contratação de serviços de saúde, no município de Natal/RN.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Rua Fabrício Pedrosa, 915, 2º piso, sala 115, Areia Preta, Natal/RN, CEP: 59014-030 - telefone: (84) 3232-8544.

DATA DE ABERTURA: 20/11/2019

HORA: das 09h às 15h.

(horário local)

01- IDENTIFICAÇÃO

01.01 - **A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por intermédio da sua Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 079/2019-GS/SMS, de 10 de maio de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará “**CHAMADA PÚBLICA**”, regida, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e por este Edital e seus anexos.

02- OBJETO

02.1 - Chamada Pública para habilitação de Prestadores de Serviços de Saúde da rede privada com ou sem fins lucrativos, que tenham interesse em prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde na Média e Alta Complexidade em atendimento ambulatorial e ou Hospitalar de forma complementar, para compor assim o Banco de Prestadores e possível contratação de serviços de saúde, no município de Natal/RN.

03 - REPRESENTAÇÃO LEGAL DA EMPRESA

03.01- Poderá deliberar em nome da empresa um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, ou prepostos, legalmente identificado, habilitado por meio de procuração pública ou particular, sendo esta última, obrigatoriamente, com firma reconhecida em cartório. Em se tratando do proprietário da empresa deverá ser apresentada cópia do Contrato Social indicando tal qualificação. **A documentação acima mencionada deverá constar no envelope nº 1 - DOCUMENTOS, passando, portanto, a integrar o Processo da Chamada Pública.**

03.02- O documento de credenciamento deverá mencionar que o representante da empresa, no procedimento de habilitação para o banco de prestadores, lhe é conferido amplos poderes, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos.

03.03- A não apresentação do credenciamento do representante não será motivo para inabilitação da empresa que, nesse caso, ficará impedida de se manifestar durante os trabalhos da comissão.

03.04- Cada empresa poderá ter um único representante na presente Chamada Pública, que por sua vez somente poderá representar uma única empresa.

04- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

04.01 - Poderão participar desta habilitação as empresas que apresentem os

documentos de qualificação/habilitação exigidos no subitem 05.01 deste Edital.

04.02 - Os interessados, no dia, hora e local fixado para a realização desta Chamada Pública, deverão entregar os seus documentos de qualificação/habilitação à Comissão Especial da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Fabrício Pedrosa, 915, 2º piso, sala 113, Areia Preta, Natal-RN, em envelopes devidamente lacrados, com as seguintes identificações na parte externa:

**De: (nome da empresa participante) (nº CNPJ)
... (endereço da empresa participante)**

**À: Secretaria Municipal de Saúde
Chamada Pública nº ____/20__.
Envelope nº 1 – Documentação**

04.03 - Na hipótese de ocorrer feriado, ou fato superveniente, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido

04.04 - As empresas interessadas na presente Chamada Pública deverão satisfazer as condições expressas no presente Edital, em seus anexos e na legislação específica que rege a matéria, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

04.05 - É vedada a participação direta ou indiretamente na presente Chamada Pública de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de subcontratação ou ainda em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- e) Ter sido declarado inidôneo para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

05 - DA HABILITAÇÃO

Os interessados nesta Chamada Pública deverão apresentar os seguintes documentos:

05.1 - O ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO – (1ª fase da habilitação)

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova a diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização e ato de registro, ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) Atestado de Capacidade Técnica, no mínimo de 01 (um), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, datado e assinado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou que guardem semelhança com o objeto licitado;
- f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- g) Certificado de regularidade relativa ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990);
- h) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- i) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- j) Certidão quanto a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando houver;
- k) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- l) Certidão quanto a Dívida Ativa do Município do domicílio ou sede do licitante, quando houver;
- m) Certidão Negativa de Débito Ambiental – CNDA, expedida pela Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB/PMN (Lei Promulgada nº 120/95), para as empresas com sede no município do Natal;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440, de 07/07/2011.
- o) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- p) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação

extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

q) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

r) Identidade (RG, CPF, comprovante Residencial) do Responsável Técnico;

s) Cadastro do CNES;

t) Alvará Sanitário para funcionamento da empresa expedido pela Vigilância Sanitária Municipal e Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal do Natal;

u) Certificado de filantropia para entidades sem fins lucrativos, (somente se for o caso);

v) Declaração que a empresa dispõe de equipamentos/materiais indispensáveis para prestação dos serviços propostos;

w) Inscrição da entidade no respectivo Conselho e certificado de regularidade funcional;

x) Relação dos procedimentos que a licitante tenha interesse em prestar serviços por área assistencial.

y) Relação da equipe médica e técnicos com descrição da capacidade profissional, número de inscrição do conselho de classe competente, carga horária, qualificação dos responsáveis pelos serviços especializados, com títulos de especialistas pela sociedade respectiva ou residência reconhecida pelo MEC, juntando-se documentação comprobatória;

z) Declaração dos dias e horários que serão disponibilizados ao atendimento dos usuários do SUS.

aa) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

ab) Declaração de sócios e diretores de que não ocupam cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde, nos termos do § 4º do art. 26 da Lei 8.080/90.

ac) Declaração do licitante informando sobre a superveniência de fato impeditivo à habilitação, modelo abaixo, conforme determina o Parágrafo 2º, Art. 32 da Lei 8.666/93;

EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PARTICIPANTE

MODELO DECLARAÇÃO

(nome da empresa) ..., CNPJ nº ..., sediada (endereço completo) ..., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e contratação no processo da Chamada Pública nº ____/20__, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Assinatura
Nome do representante legal

ad) Declaração de que não utiliza mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, na forma do inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, redigida nos termos a seguir:

EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PARTICIPANTE
MODELO DECLARAÇÃO

A Empresa, **sediada** à**inscrita no CNPJ/MF sob o nº**, **por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)**, **portador da Carteira de Identidade nº** **e do CPF nº**, **DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data.

Assinatura
Nome do representante legal

ae) Declaração de inexistência de relação familiar ou parentesco (§ 3º do Art. 68-A da Lei Orgânica do Município de Natal)

EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PARTICIPANTE
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que de acordo com o § 3º do Art. 68-A, da Lei Orgânica do Município de Natal, que não tenho relação familiar ou parentesco consanguíneo, em

linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Procurador Geral do Município, os Secretários Municipais, o Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores, os Presidentes ou Dirigentes de Autarquias, Institutos, Agências, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas, bem como com todos os demais ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo seu inteiro teor, sob as penas da Lei.

Natal, ___ de _____ de 20 ___.

Assinatura do Declarante.

05.2 - Os documentos mencionados no item anterior deverão ser apresentados, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou através de publicação em órgão da imprensa oficial. A Comissão Especial poderá, a qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópias autenticadas em cartório ou publicação em órgão oficial, exigir os respectivos originais para conferência.

05.3- A nitidez da documentação também se constitui exigência do presente Edital, no tocante a possíveis filigranas, quando for o caso.

05.4- A simples irregularidade formal que não afete o conteúdo e idoneidade do documento não será causa de inabilitação.

05.5 - Além dos documentos citados no item 05.1, deverá ser informada a capacidade instalada para a realização de cada procedimento e encaminhar o rol dos serviços a disponibilizar, discriminando os tipos e as respectivas quantidades que serão ofertadas para contratação junto a esta Secretaria municipal de Saúde.

06 - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

06.01- Aberto o invólucro nº 1 - Documentação, os Membros da Comissão Especial rubricarão, juntamente com todos os representantes das empresas presentes, devidamente credenciados, todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

06.02- Após vistas dos respectivos documentos, os interessados poderão se manifestar, constando qualquer registro em Ata.

06.03- Serão considerados inabilitados os interessados que deixarem de apresentar a documentação exigida ou a apresentarem com vícios insanáveis.

06.04- As empresas inabilitadas poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias

úteis contados da data da publicação.

06.05- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso sob pena de crime de responsabilidade.

06.06- Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

06.07- Se todas as empresas forem inabilitadas, a Comissão Especial poderá fixar às mesmas o prazo de **08 (oito)** dias úteis para apresentação de nova documentação.

07 - VISTORIA – (2ª fase da habilitação)

07.01- Só passará para a segunda fase da habilitação as empresas que tiverem sua documentação, aprovada na fase anterior.

07.02- A auditoria realizará vistoria no estabelecimento, emitindo relatório levando em consideração a estrutura física e os equipamentos, constatando se a mesma atende satisfatoriamente a demanda pretendida

07.03- A Comissão Especial previamente designada efetuará parecer Técnico aprovando ou não as empresas que foram habilitadas na fase anterior.

07.04- Aplicam-se a esta fase os mesmos procedimentos relativos aos recursos descritos na fase anterior.

08 - CADASTRAMENTO JUNTO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – (3ª fase da habilitação)

08.01- Finalizada a vistoria dos estabelecimentos previamente habilitados por uma comissão que deverá ser formada para tanto, será emitido parecer aprovando ou não o cadastramento do prestador de serviços.

08.02- A relação dos prestadores aptos ao cadastramento será publicada no Diário Oficial do Município para conhecimento de todos.

08.03 - As empresas inabilitadas poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da publicação.

08.04- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o

ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso sob pena de crime de responsabilidade.

09 - DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PRESTADORES A SEREM CONTRATADOS – (4ª fase da habilitação)

09.01- Para a contratação de prestadores de serviços será observado o seguinte critério: Os prestadores classificados como filantrópicos, terão prioridade na contratação sobre as empresas privadas com fins lucrativos;

09.02- A SMS identificará o número de procedimentos de cada prestador, levando-se em consideração os princípios da universalidade, acessibilidade e equidade.

09.03- Terá prioridade para contratação aquele que ofertar uma maior diversidade de procedimentos dentro de cada área de assistência.

09.04- A Prefeitura Municipal do Natal através, da Secretaria Municipal de Saúde, poderá celebrar instrumento contratual, na forma da minuta anexa, com as empresas habilitadas em todas as fases, não se obrigando, porém a contratar os serviços em sua totalidade, ou mesmo parcialmente, com uma única empresa, mas sim na quantidade que lhe interessar, visando atender à demanda regionalizada.

09.05- A fundamentação da presente contratação é o art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

09.06- Os preços relativos aos serviços contratados, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90, SIGTAP do Ministério da Saúde e de acordo com as tabelas do Município de Natal, quando houver.

10 - DO CONTRATO

10.01- O Contrato, **Anexos II e III**, parte integrante deste Edital, especificarão os prazos, as condições e a forma de pagamento.

10.02- A Secretaria Municipal de Saúde convocará, a empresa habilitada para a assinatura do Contrato.

10.03- O Contrato deverá ser assinado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação para esse fim.

10.04 - O período de contratação desse serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60 (sessenta) meses, através

de Termo Aditivo, com base no disposto art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, observando o inciso II do artigo 25 da referida normativa legal.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA HABILITADA

11.1 - Para melhor acompanhamento dos serviços faz-se necessário à inclusão de algumas obrigações a Contratada a saber:

I - Executar o serviço objeto do Termo de Referência, rigorosamente em conformidade com todas as condições constantes da Proposta apresentada, bem como responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde o salário do pessoal neles envolvidos, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares, que venham a incidir sobre as atividades aqui pactuadas;

II - Ressarcir de quaisquer danos diretos, comprovados, causados a SMS ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados;

III - Recolher os impostos Federais, Estaduais e Municipais, e demais tributos que incidam, ou venham a incidir, sobre o objeto do contrato;

IV - Cabe a PRESTADORA DE SERVIÇOS a responsabilidade pelo recolhimento indevido ou pela omissão, total ou parcial, dos recolhimentos dos tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;

V - Os serviços, ora contratados, não poderão ser interrompidos, salvo na ocorrência de atraso de pagamento de qualquer fatura, por período superior a 90 (noventa) dias;

VI - Eventuais tipos de inconsistência poderão ser revistos e pagos na fatura do mês subsequente;

VII - Deverá, a qualquer tempo, quando solicitado pela SMS comprovar a quitação de todos os tributos decorrentes do contrato e a sua regularidade fiscal e parafiscal;

VIII - Cumprir durante a execução dos serviços, objeto do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

IX - Utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela SMS à licitante, para a execução do contrato;

X - Submeter-se a mais ampla fiscalização da SMS, por meio de seus prepostos, a qualquer época durante a vigência do contrato, a qual poderá ser efetuada nos escritórios da CONTRATADA e respectivas unidades prestadoras dos serviços ora contratados, tudo isso visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

XI - Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, conforme estabelece o inciso II do Artigo 25 da Lei 8.666/93;

11.2 – OBRIGAÇÕES DA SMS

11.2.1 – Efetuar o pagamento nas condições e preços SUS pactuados no contrato.

11.2.2 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor nominalmente designado (fiscal de contrato) para o serviço objeto do referido contrato.

11.2.3 – A Gestão e gerência do contrato.

12 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 - DO PRAZO

12.1.1 - O período de contratação desses serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, se de interesse da administração até o limite de 60 (sessenta) meses, através de Termo Aditivo, com base no disposto art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, observando o inciso II do artigo 25 da referida normativa legal.

12.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com o objeto pactuado neste instrumento para a realização de procedimentos específicos necessários para cada especialidade contratada, dentro das metas físicas e financeiras pré-determinados pelo gestor municipal,

12.2.2 Os usuários do SUS deverão ser encaminhados pela Central Metropolitana de Regulação - CMR através do seu sistema regulatório, para autorização do tipo de procedimento respeitando os quantitativos estimados na referida contratação.

12.2.3 - Os procedimentos serão realizados de acordo com os Planos Operativos Assistenciais – POA, de acordo com as metas pré-estabelecidas.

12.3 – RECURSOS HUMANOS

12.3.1 - O Contratado deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados, obedecendo as Normas do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais.

12.3.2 - A equipe médica deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº 1634/2002), ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato.

12.3.3 - A contratada deverá possuir e disponibilizar as rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento escritas, atualizadas e assinadas pelo responsável técnico. Tais rotinas deverão abordar e abranger todos os processos envolvidos na assistência, contemplando os aspectos organizacionais, operacionais e técnicos, junto à Central Metropolitana de Regulação.

12.3.4 - A contratada deverá possuir quando o procedimento se fizer necessário, prontuário ou ficha de anamnese por paciente individualizado, com as informações necessárias para alimentar os bancos de dados do Sistemas utilizados por essa Secretaria Municipal de Saúde, todas escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos e demais profissionais de saúde que o assistam).

13 – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Os serviços executados serão regulados, acompanhados e auditados pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal através da Central Metropolitana de Regulação, Gestor do contrato e da Auditoria da SMS/Natal, com a expedição de relatórios mensais. A produção deverá ser encaminhada ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - Setor de Processamento das informações hospitalares e ambulatoriais, para que as informações sejam processadas através dos Sistemas de Informações Hospitalares -SIH e Ambulatoriais - SIA.

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no contrato.

14.2 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do corpo auditor e de servidor nominalmente designado (fiscal de contrato) para o serviço objeto do referido contrato.

14.3 – A Gestão e gerência do contrato.

15 - DA DESPESA:

15.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas com recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde, Orçamento Geral do Município e Orçamento Geral do Estado, Fontes: 121400 - Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, 121100 - Receita de transferências e impostos - Saúde, 121300- Transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – Estado - Elemento de Despesa 33.90.39.

16 – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 - A fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, a ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei 8.666/93, cabendo ao representante da Administração promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

17– DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento dos serviços, efetivamente prestados, obedecerão, para cada fonte diferenciada de recursos a estrita ordem cronológica a partir das datas de entrega das Notas Fiscais à SMS, salvo quando presentes razões de interesse público e mediante previa justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, consoante ao Art.5º, da Lei 8.666/93, em sua atual redação, bem como à Resolução nº 032/2016, do TCE/RN e, ainda, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.416/17, de 04 de dezembro de 2017.

17.2 - Os pagamentos poderão ser sustados pela Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações da empresa habilitada para com terceiros, que possam, de qualquer forma, prejudicar a Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Inadimplemento de obrigações da empresa habilitada para com a Secretaria Municipal de Saúde por conta do Contrato;
- c) Não cumprimento do disposto nos Anexos deste Edital, e,
- d) Erros ou vícios nas faturas.

17.3 - Ocorrendo a não aceitação pela Secretaria Municipal de Saúde dos procedimentos efetuados, o fato será de imediato, comunicado à empresa habilitada para retificação das causas de seu indeferimento.

17.4 - Encaminhar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no Departamento de Regulação, fatura (nota fiscal) acostada das cópias dos atendimentos dos pacientes que realizaram os procedimentos ora contratados para que o fiscal dessa contratualização possa certificar e emitir relatório de que o presente faturamento está conforme ou não com o previsto no documento contratual.

17.5 - As alterações dos valores contratuais relativos a reajustes de Tabela Municipal ou da Tabela SIGTAP/SUS, serão feitas mediante apostilamento.

17.6 – O valor anual orçado para as contratações oriundas do Chamamento público deverá ser de aproximadamente R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

18 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REGULARIDADE FISCAL

18.1 - Para a habilitação se faz necessário o envio de documentação relacionada à qualificação técnica e a comprovação da regularidade fiscal.

19 - DAS PENALIDADES

19.1 - A inobservância pela empresa habilitada de cláusula ou obrigação constante deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar ou pertinente, autorizará a SMS a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

- a) advertência;
- b) multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública;
- e) exclusão do banco de prestadores da presente chamada pública.

Parágrafo único – Os prazos para defesa serão de 05 (cinco) dias úteis na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com a administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade.

19.2- As multas estabelecidas nas alíneas “b” do item 14 e 17 são independentes entre si e serão aplicadas pela autoridade competente, sendo que seu recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da

Secretaria Municipal de Saúde, não impedindo que a SMS rescinda unilateralmente o contrato.

19.3 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14 poderão ser aplicadas concomitantemente com as das alíneas “b”, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que a empresa habilitada tomar ciência.

19.4 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do item 14 poderão ser também aplicadas concomitantemente à Empresa que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da Chamada Pública;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5 - Em quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas, será dado à empresa habilitada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.6 - As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e a justificativa, só será aceita por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis a critério da autoridade competente e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a Contratada tomar ciência.

19.7 - A entidade habilitada será descredenciada caso constate-se que não está cumprindo as exigências e critérios estabelecidos neste edital.

20- DOS RECURSOS

a) Dos atos da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da aplicação deste Edital, caberá recursos administrativos na forma do Art. 109, da Lei nº 8.666/93.

b) Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal e ou subscrito por procurador não habilitado no processo para responder legalmente pela empresa habilitada.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem na aquisição objeto deste Termo de Referência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do seu respectivo contrato atualizado.

21.2 - A Comissão Especial poderá solicitar às empresas habilitadas, em qualquer fase da Chamada Pública, informações complementares destinadas a esclarecer a instrução do processo no prazo que estipular.

21.3 - Somente serão requisitadas e aceitas informações complementares pertinentes aos documentos já apresentados pelas empresas habilitadas, desde que não alterem o seu conteúdo.

21.4 - A presente Chamada Pública poderá ser revogado por interesse público e será anulada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com base em parecer escrito e devidamente fundamentado;

21.5 - Ocorrendo anulação ou revogação desta Chamada Pública, a Secretaria Municipal de Saúde providenciará a publicação no Diário Oficial do Município, contando-se, a partir do primeiro dia útil subsequente, o prazo para a Chamada Pública de reconsideração.

21.6 - A Comissão Especial, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.7 - É facultado a empresa habilitada formular protestos, consignando em atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

21.8 - A Comissão Especial e/ou Autoridade Superior, na forma do disposto no § 3º, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo da Chamada Pública.

21.9- A empresa habilitada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Chamada Pública a outrem, ou a este se associar, sob pena de considerar-se o Contrato rescindido e aplicáveis, no caso, as sanções necessárias, salvo mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde, resguardando o interesse público na atenção à saúde da população do município do Natal.

21.10 - A Chamada Pública não implica proposta de contrato por parte da Secretaria Municipal de Saúde. Até a assinatura do Contrato, poderá a empresa habilitada ser excluída da Chamada Pública, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Secretaria Municipal de Saúde tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta Chamada Pública, que desabone sua idoneidade ou capacidade

financeira, técnica ou administrativa.

21.11- Os pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação deste Edital deverão ser dirigidos a Comissão Especial, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, mediante a Chamada Pública por escrito, até 05 (cinco) dias úteis, antes da data marcada para a reunião destinada à habilitação, no horário das 8:00 às 13:00, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou por remessa postal.

21.12- Decairá do direito de impugnar, perante a Comissão Especial, os termos deste Edital, a empresa habilitada que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em qual tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.13- Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a presente Chamada Pública.

21.14 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência.
- a) Anexo I - Termo de Referência
- b) Anexo II – Minuta do Contrato Hospitalar.
- c) Anexo III - Minuta do Contrato Ambulatorial.
- d) Anexo IV - Modelo da declaração de habilitação
- e) Anexo V - Tabelas municipais

Natal/RN, 12 de setembro de 2019.

Comissão Especial de Chamada Pública

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO:

Chamada Pública para Prestadores de Serviços de Saúde da rede privada com ou sem fins lucrativos, com ou sem títulos de filantropia, Hospitais Gerais, Hospitais Especializados que tenham interesse em prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde na Média e Alta Complexidade, ambulatoriais de apoio diagnóstico e terapêutico, hospitalares clínicos e cirúrgicos e UTI em todas especialidades médicas de forma complementar, eletiva ou de urgência/emergência, por intermédio da Central Metropolitana de Regulação e ou de Urgência/Emergência SAMU, para atender a demanda de Natal e Municípios pactuados.

Os serviços a serem contratados referem-se a uma base territorial populacional, e estão sendo ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda interna do Município de Natal e demais Municípios pactuados, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários.

O credenciamento dos prestadores que farão parte da Rede de Alta Complexidade dar-se-á através de processo junto ao Gestor Municipal, Estadual, aprovação na Comissão Intergestora Bipartite e habilitação pelo Ministério da Saúde, com publicação no Diário Oficial da União.

As portarias abaixo relacionadas regulamentam a implantação das Redes de Alta Complexidade, bem como as novas Portarias que forem editadas pelo Ministério da Saúde, disponíveis para consulta no site www.saude.gov.br:

Cardiologia: Portaria n.º 210, de 15/ 06/04.

Nefrologia/Urologia: Portaria n.º 211, de 15/06/2004.

Saúde Auditiva: Portaria n.º 587, de 07/10/2005 e 589, de 08/10/2004.

Neurocirurgia: Portaria n.º 756, de 27/12/2005 e reedição.

Oftalmologia: Portaria n.º 288, de 19/05/2008.

Oncologia: Portaria n.º 140, de 27/02/2014.

Odontologia: Portaria n.º 1032 de 05/05/2010

Ortopedia: Portaria n.º 90 de 27 /03/2009

Urologia: Portaria n.º 421 de 25/08/2010

Atenção às urgências no Sistema Único de Saúde (SUS): Portaria n.º 1.600, de 07/07/2011

Componente hospitalar da Rede de atenção às urgências: Portaria n.º 2.395, de 11/10/2011

Os preços relativos aos serviços contratados serão de acordo com as tabelas do Município de Natal abaixo relacionadas:

Tabela Municipal de Procedimentos Hospitalares de Traumatologia e Ortopedia.

Tabela Ambulatorial da traumatologia ortopedia da SMS Natal.
Tabela Municipal de procedimentos de Buco Maxilo Facial.
Tabela Municipal de Procedimentos de Mastologia.
Tabela Municipal de Procedimentos de Cardiologia.
Tabela Municipal de Procedimentos Endoscópicos.
Tabela Municipal de Procedimentos de Diagnóstico por Imagem.
Tabela Municipal de Diárias Globais para UTI.
Tabela Municipal de Diárias Globais para Enfermagem.

Os demais procedimentos terão os preços definidos pela tabela SIGTAP do Ministério da Saúde, disponível eletronicamente no site <http://sigtap.datasus.gov.br>.

As Tabelas do município de Natal para diárias globais de UTI e enfermagem terão sua aplicação apenas para os Hospitais privados com fins lucrativos que atuem nas linhas de cuidado da cardiologia, oncologia, neurocirurgia e traumatologia. A não aplicação das tabelas para os hospitais da rede pública e filantrópica justifica-se por estas entidades terem um tratamento diferenciado quanto ao seu financiamento e contratação.

02. JUSTIFICATIVA:

- A necessidade de estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada que estabeleça uma linha de cuidados integrais/integrados de cuidados médicos, hospitalares e ambulatoriais e com melhoria do acesso de pacientes que necessitam da assistência à saúde, conforme normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais da cidadania asseguradas na Constituição Federal de 1988;
- As necessidades de contratar de forma complementar à rede pública, serviços de assistência à saúde especializados para atender às demandas do Município de Natal e outros municípios do RN que pactuaram a sua assistência com Natal;
- A necessidade de atender a grande demanda reprimida por insuficiência regional de oferta de serviços hospitalares e ambulatoriais, e/ou ações de saúde na região, de acordo com o perfil sócio-demográfico, epidemiológico regional;
- A necessidade de programar e desenvolver processos de regulação, controle, fiscalização e avaliação das ações e serviços assistenciais hospitalares de média e alta complexidade de abrangência regional, de forma integral e/ou integrada com a assistência ambulatorial.
- A necessidade de prestação de serviços complementares de assistência à saúde de nível hospitalar de forma contínua e ininterrupta, que garanta a resolutividade do atendimento, em leitos de Unidade de Tratamento Intensivo – UTI e semi-intensivos, enfermarias clínicas, cirúrgicas, pediátricas e leitos de hospital-dia, nas diversas especialidades médicas.
- A necessidade de prestação de serviços complementares aos procedimentos, clínicos, cirúrgicos e pediátricos, necessários para cada especialidade habilitada e credenciada, incluindo os de diagnose por imagem, de forma integral, com a assistência pós-cirúrgica a nível ambulatorial, incluindo a retirada do material de síntese e revisão do procedimento cirúrgico, dentro dos tetos físico e financeiro pré-determinados pelo gestor municipal.

03. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução dos serviços habilitados e contratados será de 12 (doze) meses, a iniciar-se na data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, se de interesse da administração.

A realização dos procedimentos deverá ocorrer no próprio estabelecimento do prestador de serviço, sendo de sua responsabilidade a manutenção e compra de equipamentos e materiais necessários para a execução dos mesmos.

A empresa deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Natal o seu horário de funcionamento. O agendamento ficará a critério da Contratada de acordo com o seu horário de funcionamento, devendo a solicitação estar autorizada pela SMS/Natal através da sua Central de Regulação.

A Contratada fica obrigada ao cumprimento da realização do quantitativo de procedimentos clínicos e cirúrgicos, pediátricos e adultos descritos no contrato.

04. PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

Poderão participar deste processo os prestadores de serviços, que tenham em seu contrato social a prestação de Serviços Hospitalares e/ou ambulatoriais de Média e Alta Complexidade nas diversas especialidades médicas desde que comprovem possuir os requisitos abaixo especificados:

- Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal – COVISA;
- Certificado de Registro da Instituição no Conselho Regional de Medicina do Estado do RN (CREMERN).
- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- Identificação (Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal pela Instituição, com comprovante de residência);
- Declaração dos sócios e/ou diretores, que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento na área pública de saúde, em qualquer nível, e no âmbito do Município de Natal.
- Documentos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacitação econômica-financeira, previsto na LEI nº 8.666/93, artigos 28, 29, 30 e 31, I e II.
- Certificado de filantropia para entidades sem fins lucrativos, (somente se for o caso);
- Inscrição da entidade no respectivo conselho e certificado de regularidade funcional;
- Declaração emitida pela entidade atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo condição de aprendiz).
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, com dados devidamente atualizados.
- Relação de todos os profissionais envolvidos na prestação da assistência médico-hospitalar, em regime de internação hospitalar e em Hospital-dia, por categoria e carga horária, com seu respectivo número do Conselho de Classe.
- Certidão negativa de efeitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- Declaração firmada pelos sócios e/ou diretores da instituição que, expressamente conhecem e aceitam as condições de remuneração dos serviços, na conformidade das Tabelas Municipais e da Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos e Insumos Estratégicos do SUS e de acordo com o programa de repasse e liberação

de pagamentos disponibilizados à Secretaria Municipal de Saúde, e tem disponibilidade para prestar atendimento consoante às regras do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Tripartite de Saúde, obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

05. GARANTIA:

A garantia da prestação de serviço está limitada ao quantitativo de procedimentos cirúrgicos contratados, sob pena de aplicação de penalidades de multas e suspensão temporária de licitar e contratar com a Secretaria Municipal de Saúde/Natal.

06. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Atividade/Projeto: 10.302.003.2-442

Elemento de Despesa: 33.90.39

Sub-elemento: 36

Fontes: 121400 - Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, 121100 - Receita de transferências e impostos - Saúde e 121300- Transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – Estado.

07. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mensalmente por faturamento acompanhado de Nota Fiscal/documentos contendo a discriminação dos serviços prestados após a execução destes.

O pagamento será creditado em favor do prestador, através de ordem bancária à conta indicada no credenciamento, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, a localidade e os dados da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atestado de execução dos serviços efetuados na Nota Fiscal/documentos e de acordo com a ordem cronológica de pagamentos conforme Decreto nº 11.416 de 04 de dezembro de 2017.

08. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Executar os serviços conforme pactuados neste instrumento.
- b) Os serviços ora contratados, não poderão ser interrompidos, salvo na ocorrência de atraso injustificado de pagamento de qualquer fatura, por período superior a 90 (noventa) dias;

- c) As produções deverão ser apresentadas até o vigéssimo (20º) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- e) Eventuais glosas ou quaisquer tipos de inconsistência poderão ser revistos e pagos na fatura do mês subsequente.
- f) Correrão por conta e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA as obrigações decorrentes do vínculo entre a mesma e seus prepostos que vierem a ser designados, exclusivamente por ela, para execução dos serviços aqui contratados.
- g) Deverão ser apresentados mensalmente à CONTRATANTE, juntamente com as faturas, a comprovação dos pagamentos das obrigações da CONTRATADA junto aos seus cooperados.
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, conforme estabelece o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

09. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Acompanhar a execução e inspecionar os serviços através do corpo de auditores desta SMS objeto deste contrato, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com as normas nele estabelecidas.
- b) Designar funcionário para o acompanhamento e fiscalização dos serviços durante a execução do contrato.
- c) efetuar o pagamento dos serviços prestados de acordo com a ordem cronológica de pagamentos conforme Decreto nº 11.416 de 04 de dezembro de 2017.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

10.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem na aquisição objeto deste Termo de Referência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do seu respectivo contrato atualizado.

10.2 - O valor anual orçado para a contratação será de aproximadamente R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a serem financiados com recursos dos Orçamentos Gerais da União, do Estado do Rio Grande do Norte e do município do Natal.

11.ESPECIFICAÇÕES

- a) Realizar procedimentos de média e alta complexidade hospitalares nas áreas constantes do Objeto deste Termo de Referência
- b) O cumprimento do contrato de prestação de serviço, fica condicionado a realização dos procedimentos no quantitativo contratado;
- c) A contratada responderá por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde o salário do pessoal neles envolvidos, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares, que venham a incidir sobre as atividades aqui pactuadas.
- d) Informar e destacar nas faturas todos os tributos para recolhimento na fonte.
- e) Possuir todos os equipamentos e insumos necessários para a realização dos serviços contratados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- f) É imprescindível ter funcionário substituto, caso haja problema com os funcionários designados para os serviços, com substituição imediata.

Responsável pela Elaboração do **TERMO DE REFERÊNCIA**

Gabriel Cardoso Medeiros
Comissão Especial de Chamada Publica

Nízia Maria dos Anjos Silva
Comissão Especial de Chamada Publica

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO H O S P I T A L A R

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE NATAL ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A
EMPRESA _____.

A Prefeitura Municipal do Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde, órgão da Administração direta, com sede a Rua Fabrício Pedrosa, 915 – Areia Preta – Natal – RN – inscrita no CNPJ nº 24.518.573/0001-70, neste ato representado por seu/sua Titular _____, inscrito (a) no CPF Nº _____, residente e domiciliado (a) _____, doravante denominado (a) CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede a _____, CEP nº _____, Fone nº _____, Inscrita no CNPJ nº _____ neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial, os seus artigos 196 e seguintes, as Leis 8.080/90 e 8142/90, com embasamento no art. 25, “*caput*”, da Lei 8.666/93, e suas alterações, a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93 e a vista do Processo Administrativo nº _____, ajustam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços de assistência à saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde, na área de _____, de forma complementar à rede pública de serviços de saúde no Município de Natal, de acordo com as normas do Ministério da Saúde e pagos com recursos Federais, Estaduais e Municipais, considerando a Programação Pactuada Integrada - PPI, na qual, fica-se estabelecido que o Município de Natal será o Gestor e Regulador, para os municípios do Rio Grande do Norte que pactuaram.

Parágrafo Primeiro — Ao CONTRATANTE se reserva o direito de alterar, em até 25% (vinte e cinco) por cento, a mais ou a menos, as quantidades constantes neste objeto de contrato, em consonância com artigo 65, da Lei 8.666/93, e de conformidade com a demanda, necessidade e disponibilidade financeira desta instituição.

CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I- Os serviços a serem executados em conformidade com o objeto pactuado neste instrumento para a realização de Procedimentos específicos necessários para cada área, dentro das metas físicas e financeiras pré-determinadas pelo gestor municipal, deverão ser encaminhados pela Central Metropolitana de Regulação - CMR e/ou pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Município de Natal - SAMU, conforme sua disponibilidade de leitos e serviços.

II- Os serviços contratados serão regulados, acompanhados e auditados pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal através da Central Metropolitana de Regulação, Gestor do contrato e da Auditoria, com a expedição de relatórios mensais. A produção deverá ser encaminhada ao DRAC - Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, para processamento das informações hospitalares e ambulatoriais- SIH e SIA.

III - A realização dos procedimentos deverá ocorrer nas instalações da contratada, sendo de sua responsabilidade a manutenção e compra de equipamentos, materiais e medicamentos necessários para a execução destes.

IV- A contratada deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Natal o seu horário de funcionamento.

V- O agendamento ficará a critério da SMS/Natal através da sua Central de Regulação de acordo com as agendas disponibilizadas por cada prestador.

VI- Os procedimentos agendados que forem realizados deverão ser confirmados no Sistema de Regulação para fins de controle e baixa destes procedimentos no intuito de evitar inconsistências nas informações produzidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro– É, de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA, a utilização de pessoal necessário à execução do pactuado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o CONTRATANTE, consoante ao “caput” do Art. 71, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo– A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

- I. Executar os serviços conforme objeto deste Contrato, rigorosamente em conformidade com todas as condições constantes da proposta apresentada, bem como responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde o salário do pessoal neles envolvidos, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares, que venham a incidir sobre as atividades aqui pactuadas;
- II. Ressarcir de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à SMS ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados;
- III. Recolher os impostos Federais, Estaduais e Municipais, e demais tributos que incidam, ou venham a incidir, sobre o objeto do contrato;
- IV. Cabe à CONTRATADA a responsabilidade pelo recolhimento indevido ou pela omissão, total ou parcial, dos recolhimentos dos tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- V. Os serviços, ora contratados, não poderão ser interrompidos, salvo na ocorrência de falta de pagamento de qualquer fatura, por período superior a 90 (noventa) dias da entrega da respectiva fatura/nota fiscal;
- VI. Eventuais tipos de inconsistência poderão ser revistos e pagos na fatura do mês subsequente;
- VII. Deverá, a qualquer tempo, quando solicitado pela SMS comprovar a quitação de todos os tributos decorrentes do contrato e a sua regularidade fiscal e para-fiscal;
- VIII. Cumprir durante a execução dos serviços, objeto do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

IX. Submeter-se à mais ampla fiscalização da SMS, por meio de seus representantes, a qualquer época durante a vigência deste contrato, a qual poderá ser efetuada nas instalações da CONTRATADA, tudo isso visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

X. A CONTRATADA fica obrigada a manter todas as condições de habilitação previstas no Art. 27, da Lei 8.666/93, incluída a regularidade fiscal, nos níveis Municipal, Estadual e Federal, através das respectivas Certidões Negativas, conforme o disposto no Art. 55, inciso XIII, da mesma lei.

durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, conforme estabelece o Artigo 27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993).

XI. A eventual mudança de endereço da CONTRATADA deverá ser comunicada, imediatamente, à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo ainda, rever as condições do contrato.

XII. Notificar a CONTRATANTE da eventual alteração de seu estatuto ou contrato, bem como, a mudança de sua diretoria, enviando, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia autenticada da Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, comprovando a mudança.

XIII. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviços oferecidos;

XIV. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

XV. Comunicar, imediatamente, à contratante, a falha de equipamento ou a ausência de profissional, que possa interferir ou interromper o atendimento aos pacientes do SUS;

XVI. Manter, sempre atualizado, o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, ressalvado o art. 10, inciso I, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que prevê 18 (dezoito) anos para criança e adolescente;

XVII. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se, sempre, a qualidade da prestação de serviços;

XVIII. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do Sistema Único de Saúde, na forma de logotipo e/ou por escrito;

XIX. Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste instrumento, ato contínuo, cientificar à contratante para as devidas providências;

XX. Manter preposto, aceito pela administração, no local da prestação dos serviços, como previsto no Art. 67, da Lei 8.666/93;

XXI. Prestar o serviço ao usuário, na data exata estabelecida pelo Sistema de Regulação, exceto nas hipóteses do inciso I, deste parágrafo;

CLÁUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

A CONTRATADA será responsável pela indenização de dano causado ao paciente, órgão do Sistema Único de Saúde e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus profissionais ou prepostos; ficando assegurado o direito de regresso em face do SMS em caso de dolo ou culpa deste.

Parágrafo único – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos termos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO CONTRATADO.

A inobservância pela CONTRATADA de cláusula ou obrigação constante deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar ou pertinente, autorizará o SMS a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

I – advertência;

II – multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Parágrafo único – Os prazos para defesa serão de 05 (cinco) dias úteis na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com a administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SEXTA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Constituem obrigações da CONTRATANTE;

I - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no contrato.

II – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor nominalmente designado (Gestor/fiscal de contrato) para o serviço objeto do referido contrato.

III – A Gestão e gerência do presente contrato.

IV- Regular o acesso para a atenção ambulatorial e para os leitos, através da Central Metropolitana de Regulação.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Os recursos financeiros destinados a cobertura das despesas oriundas do presente instrumento correrão no presente exercício por conta da dotação orçamentária assim classificada:

- Unidade Orçamentária:
- Atividade/Projeto:
- Elemento de Despesa:
- Sub elemento:
- Fonte:

Parágrafo único – O pagamento ficará a cargo do CONTRATANTE, que por sua vez dependerá da transferência de recursos pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, enquanto couber à União Federal a arrecadação de recursos destinados a financiar as ações e serviços de saúde a serem executados por Estados e Municípios, consoantes disposição do § 2º do art. 5º da PT/MS nº 1.286/93;

CLÁUSULA OITAVA– DO VALOR DO PAGAMENTO

I - O CONTRATANTE repassará, mensalmente, ao CONTRATADO, pelas ações realizadas previstas no anexo, o valor estimado em R\$ _____ (_____).
Conforme Quadro abaixo:

Descrição	FAEC (121400)	MAC (121400)	OGM (121100)	OGE (121300)	TOTAL R\$
TOTAL GERAL					

III – O pagamento mensal será baseado na produção realizada, auditada pelo corpo auditor desta SMS, processada e aprovada através dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares.

Parágrafo primeiro– Os valores das órteses, próteses e materiais especiais -OPME fazem parte do teto financeiro deste contrato mesmo que a CONTRATADA opte pela Cessão de Créditos aos respectivos fornecedores.

Parágrafo segundo- A Cessão de Crédito é facultada à CONTRATADA, observando-se o teto contratual e as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, conforme portaria nº707 de 1999. Nesse caso, fica autorizada a CONTRATANTE a realizar os pagamentos dos valores correspondentes a OPME, diretamente ao fornecedor indicado, desde que haja Instrumento Particular de Cessão de Crédito para tal.

Parágrafo Terceiro– Os valores dos serviços profissionais médicos -SP fazem parte do do teto financeiro deste contrato mesmo que a CONTRATADA opte pela utilização de terceiros para a realização destes.

CLÁUSULA NONA– DA FORMA DO REPASSE DOS PAGAMENTOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

I - A prestação de contas e a forma de pagamento obedecerão à seguinte disposição:

Encaminhar mensalmente à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Departamento de Regulação Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC, a nota fiscal e as certidões negativas requeridas, para certificar e visto atestando a execução dos serviços prestados para posterior encaminhamento ao Departamento de Orçamento e Finanças desta SMS a fim de dar continuidade em conformidade com os trâmites administrativos legais.

II- Para fins de controle, deverá ser encaminhado pela CONTRATADA, juntamente às notas fiscais referentes à produção mensal, a discriminação dos valores por município de residência do paciente, para cada fonte de financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS.

I - O Contratado deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados, obedecendo as Normas do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais.

II - A equipe médica deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº 1634/2002), ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato.

III - A contratada deverá possuir e disponibilizar as rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento escritas, atualizadas e assinadas pelo responsável técnico. Tais rotinas deverão abordar e abranger todos os processos envolvidos na assistência, contemplando os aspectos organizacionais, operacionais e técnicos, junto à Central Metropolitana de Regulação.

IV - A contratada deverá possuir quando o procedimento se fizer necessário, prontuário ou ficha de anamnese por paciente individualizado, com as informações necessárias para alimentar os bancos de dados do Sistemas utilizados por essa Secretaria Municipal de Saúde, todas escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos e demais profissionais de saúde que o assistam).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

I- A fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, a ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei 8.666/93, cabendo ao representante da Administração promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

II- Serão fixadas as metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas na execução deste contrato através do Plano Operativo da Assistência – POA anexo a este instrumento, com avaliações periódicas pela CONTRATANTE a respeito do cumprimento do que foi pactuado.

III- As avaliações periódicas servirão de referência para futuras alterações contratuais de acordo com as metas atingidas, podendo haver supressões no teto contratual em caso de descumprimento, sem justificativa, das metas estipuladas no POA.

IV- Periodicamente, a CONTRATANTE vistoriará as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas quando da assinatura deste contrato.

V - Os Gestores que irão acompanhar este contrato serão(_____).

VI- Os Gestores do contrato deverão realizar o acompanhamento das produções por competência de processamento, verificando as informações processadas e se a execução dos serviços está de acordo com o instrumento contratual. No prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data de entrega da(s) nota(s) fiscal(is) nesta Secretaria Municipal de Saúde - SMS, deverão emitir o relatório mensal de acompanhamento e atestar/liquidar a(s) Nota(s) Fiscal(is);

VII- O corpo auditor desta SMS procederá com a fiscalização do prestador, in loco, de acordo com as escalas de auditoria do Departamento de Regulação Avaliação e Controle - DRAC e com o cronograma do Ministério da Saúde. Após a conclusão da auditoria, deverá emitir o relatório mensal no prazo de até 05(cinco dias).

Parágrafo primeiro– A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA.

I - A vigência do presente contrato será de ____ (____) meses, iniciando-se em ____/____/____ e término em ____/____/____ podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, se de interesse da administração até o limite de 60 (sessenta) meses, através de Termo Aditivo, com base no disposto art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, observando o inciso II do artigo 25 da referida normativa legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS.

Os serviços ora contratados serão prestados, diretamente, por profissionais da empresa CONTRATADA e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos incisos I, II e III, do Parágrafo Primeiro desta cláusula, são admitidos nas dependências da CONTRATADA para prestar serviços decorrentes de contrato celebrado, em separado, razão, pois, de não apenas identificar o universo dos que atuam, mas, periodicamente, comunicar ratificando ou apontando eventuais alterações.

Parágrafo Primeiro – Para os efeitos deste instrumento consideram-se profissionais da própria empresa CONTRATADA:

I – o membro do seu corpo clínico;

II – o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;

III – o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à CONTRATADA ou se por esta autorizada.

Parágrafo Segundo – Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II, do parágrafo primeiro desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde, extendendo-se também, a esses, a identificação ante a contratante.

I – É vedada a cobrança, ao paciente ou ao seu representante legal, por serviços médicos e pelo fornecimento de material ou medicamento, necessários para a realização de exames, ou atendimentos ambulatoriais ou outros complementares da assistência devida ao paciente, ressalvando os casos de autorização judicial que não estejam contemplados no objeto do contrato;

II – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por cobrança indevida feita por seu profissional ao paciente ou seu representante, em razão da execução do presente instrumento.

Parágrafo terceiro– No tocante à Internação Hospitalar e ao acompanhamento Ambulatorial dos pacientes, serão cumpridas as seguintes normas:

a) Os pacientes serão internados em Leitos de enfermaria e/ou em Unidade de Terapia Intensiva - UTI de acordo com os quantitativos cadastrados no CNES e devidamente disponibilizados por contrato ao Sistema Único de Saúde - SUS;

b) Nas internações é assegurada a presença de acompanhante no hospital, podendo, a CONTRATADA, efetuar a cobrança das respectivas diárias dentro da AIH,

no código específico da tabela unificada do SUS referente às diárias de acompanhante.

Parágrafo quarto– Sem prejuízo do acompanhamento da fiscalização e da normatividade suplementares exercidas pela CONTRATANTE, sobre a execução do objeto deste Contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo quinto– A CONTRATADA, deve manter equipe multidisciplinar que, além dos profissionais médicos, inclua: enfermeiros; nutricionistas; assistentes sociais; fisioterapeutas, dentre outros, em conformidade com a necessidade demandada.

Parágrafo sexto– A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento ao paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso de pagamento superior a 90 (noventa) dias da data de entrega da fatura/nota fiscal à SMS/Natal, ressalvadas, as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna e em situações de caráter de urgência e emergência.

Parágrafo sétimo– A CONTRATADA fica obrigada a fornecer, aos pacientes, no momento da alta, o demonstrativo dos valores pagos pelo SUS, decorrentes do seu atendimento, incluindo, no referido demonstrativo, constante no programa do Ministério da Saúde – SISAIH 01 a dissertativa: “ESTA CONTA FOI PAGA COM RECURSOS PÚBLICOS, PROVENIENTES DOS SEUS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.”

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO PLANO OPERATIVO ANUAL .

O Plano Operativo Assistencial -POA, parte integrante deste contrato, trata-se de uma diretriz para a pactuação de metas entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN e a CONTRATADA, tendo como objetivo a execução de serviços para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentando ações, atividades e metas quantitativas e qualitativas, com indicadores de atenção à saúde de acordo com as políticas prioritárias do SUS, gestão, eficiência e avaliação quanto ao financiamento da assistência prestada.

O POA é condição de eficácia para as contratações oriundas desse chamamento público e deverá ser elaborado em conjunto com o gestor municipal e pactuado pela Secretaria Municipal de Saúde e o Prestador do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE.

I- Os valores estipulados na cláusula oitava, referentes aos recursos federais, serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas concedidos pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, garantindo sempre o equilíbrio financeiro do Contrato, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.080/90 e da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único- As alterações dos valores contratuais relativos a reajustes das Tabelas municipais ou da SIGTAP/SUS, serão feitas mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO.

O presente contrato se extinguirá ao término do prazo de sua vigência; podendo ser denunciado por qualquer das partes, desde que haja notificação prévia de 60 (sessenta) dias e por escrito, respeitadas as obrigações até então assumidas.

§1º-Também constituirá motivo para denunciar o presente instrumento o descumprimento de quaisquer das cláusulas avençadas.

§ 2º - O presente contrato torna sem efeito os contratos anteriormente celebrados entre o Ministério da Saúde e o CONTRATADO que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde.

§ 3º O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I- descumprimento das obrigações contratuais: o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II- irregularidade nas obrigações contratuais: o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III- paralisação das atividades: a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

IV- descumprimento das determinações da autoridade competente: o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V- faltas na execução do contrato: o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pelo representante da administração;

-VI- falência e insolvência civil: a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII- dissolução de sociedade: a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.;

VIII- alteração social: a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

IX- interesse público de alta relevância: razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

I - O presente instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município ou jornal de divulgação oficial do Município de Natal, no prazo de 20 (vinte) dias, contados

da data de sua assinatura, sendo providenciada a ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO.

I - As partes elegem o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente instrumento que não puderam ser resolvidas pela partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma para um único efeito, sendo também subscrito por 2 (duas) testemunhas.

Natal (RN) ____ de _____ de 20__

Secretário Municipal de Saúde

Representante do Contratado

Testemunhas:

1. _____

Nome:
CPF:

2. _____

Nome:
CPF

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO AMBULATORIAL

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE NATAL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____.

A Prefeitura Municipal do Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde, órgão da Administração direta, com sede a Rua Fabrício Pedrosa, 915 – Areia Preta – Natal – RN – inscrita no CNPJ nº 24.518.573/0001-70, neste ato representado por seu/sua Titular _____, inscrito (a) no CPF Nº _____, residente e domiciliado (a) _____, doravante denominado (a) CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede a _____, CEP nº _____, Fone nº _____, Inscrita no CNPJ nº _____ neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial, os seus artigos 196 e seguintes, as Leis 8.080/90 e 8142/90, com embasamento no art. 25, “*caput*”, da Lei 8.666/93, e suas alterações, a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93 e a vista do Processo Administrativo nº _____, ajustam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços ambulatoriais de assistência à saúde na área de _____, integrante da rede de serviços de saúde localizado no Município de Natal, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Ficha de Programação Orçamentária - FPO que integra o presente instrumento e de acordo com as normas do Ministério da Saúde e pagos com preços da Tabela SUS ou Tabelas do Município de Natal, quando houver, considerando a Programação Pactuada Integrada -PPI, na qual, ficou estabelecido que o

Município de Natal será o Gestor Financeiro e Regulador, para os municípios do Rio Grande do Norte que pactuaram.

Parágrafo Primeiro — Ao CONTRATANTE se reserva o direito de alterar, em até 25% (vinte e cinco) por cento, a mais ou a menos, as quantidades constantes neste objeto de contrato, em consonância com artigo 65, da Lei 8.666/93, e de conformidade com a demanda, necessidade e disponibilidade financeira desta instituição.

CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I- Os serviços a serem executados em conformidade com o objeto pactuado neste instrumento para a realização de Procedimentos específicos necessários para cada área, dentro das metas físicas e financeiras pré-determinadas pelo gestor municipal, deverão ser encaminhados pela Central Metropolitana de Regulação - CMR através do Sistema de Regulação, para autorização do tipo de procedimento respeitando os quantitativos financeiros estimados para a referida contratação.

II- Os serviços contratados serão regulados, acompanhados e auditados pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal através da Central Metropolitana de Regulação, Gestor do contrato e da Auditoria, com a expedição de relatórios mensais. A produção deverá ser encaminhada ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - Setor de Processamento Ambulatorial para o processamento das informações através do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA.

III - A realização dos procedimentos deverá ocorrer na própria clínica prestadora de serviço, sendo de sua responsabilidade a manutenção e compra de equipamentos e materiais necessários para a execução dos mesmos.

IV- A contratada deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Natal o seu horário de funcionamento.

V- O agendamento ficará a critério da SMS/Natal através da sua Central de Regulação de acordo com as agendas disponibilizadas por cada prestador.

VI- Os procedimentos agendados que forem realizados deverão ser confirmados no Sistema de Regulação para fins de controle e baixa destes procedimentos no intuito de evitar inconsistências nas informações produzidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para melhor acompanhamento dos serviços faz-se necessário a inclusão de algumas obrigações a **Contratada**, a saber:

- VIII. Executar os serviços conforme objeto deste Contrato, rigorosamente em conformidade com todas as condições constantes da Proposta apresentada, bem como responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde o salário do pessoal neles envolvidos, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares, que venham a incidir sobre as atividades aqui pactuadas;
- IX. Ressarcir de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à SMS ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados;
- X. Recolher os impostos Federais, Estaduais e Municipais, e demais tributos que incidam, ou venham a incidir, sobre o objeto do contrato;
- XI. Cabe à CONTRATADA a responsabilidade pelo recolhimento indevido ou pela omissão, total ou parcial, dos recolhimentos dos tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- XII. Os serviços, ora contratados, não poderão ser interrompidos, salvo na ocorrência de atraso de pagamento de qualquer fatura, por período superior a 90 (noventa) dias;
- XIII. Eventuais tipos de inconsistência poderão ser revistos e pagos na fatura do mês subsequente;
- XIV. Deverá, a qualquer tempo, quando solicitado pela SMS comprovar a quitação de todos os tributos decorrentes do contrato e a sua regularidade fiscal e para-fiscal;
- VIII. Cumprir durante a execução dos serviços, objeto do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- IX. Submeter-se à mais ampla fiscalização da SMS, por meio de seus prepostos, a qualquer época durante a vigência do contrato, a qual poderá ser efetuada nos escritórios da CONTRATADA e respectivas unidades prestadoras dos serviços ora contratadas, tudo isso visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;
- X. A CONTRATADA fica obrigada a manter todas as condições de habilitação previstas no Art. 27, da Lei 8.666/93, incluída a regularidade fiscal, nos níveis Municipal, Estadual

e Federal, através das respectivas Certidões Negativas, conforme o disposto no Art. 55, inciso XIII, da mesma lei.

durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, conforme estabelece o Artigo 27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993).

XI. A eventual mudança de endereço da CONTRATADA deverá ser comunicada, imediatamente, à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo ainda, rever as condições do contrato.

XII - Notificar a CONTRATANTE da eventual alteração de seu estatuto ou contrato, bem como, a mudança de sua diretoria, enviando, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia autenticada da Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, comprovando a mudança.

CLÁUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

A CONTRATADA será responsável pela indenização de dano causado ao paciente, órgão do Sistema Único de Saúde e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus profissionais ou prepostos; ficando assegurado o direito de regresso em face do SMS em caso de dolo ou culpa deste.

Parágrafo único – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos termos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO CONTRATADO.

A inobservância pela CONTRATADA de cláusula ou obrigação constante deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar ou pertinente, autorizará o SMS a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

I – advertência;

II – multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Parágrafo único – Os prazos para defesa serão de 05 (cinco) dias úteis na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com a administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SEXTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

Constituem obrigações do CONTRATANTE;

I - Efetuar o pagamento nas condições e preços SUS pactuados no contrato.

II – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor nominalmente designado (Gestor/fiscal de contrato) para o serviço objeto do referido contrato.

III – A Gestão e gerência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros destinados a cobertura das despesas oriundas do presente instrumento correrão no presente exercício por conta da dotação orçamentária assim classificada:

- Unidade Orçamentária:
- Atividade/Projeto:
- Elemento de Despesa:
- Sub elemento:
- Fonte:

Parágrafo único – O pagamento ficará a cargo do CONTRATANTE, que por sua vez dependerá da transferência de recursos pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, enquanto couber à União Federal a arrecadação de recursos destinados a financiar as ações e serviços de saúde a serem executados por Estados e Municípios, consoantes disposição do § 2º do art. 5º da PT/MS nº 1.286/93;

CLÁUSULA OITAVA– DO VALOR DO PAGAMENTO

I - O CONTRATANTE repassará, mensalmente, ao CONTRATADO, pelas ações realizadas previstas no anexo, o valor estimado em R\$ _____ (_____).

Parágrafo único – O pagamento mensal será baseado na produção realizada, auditada pelo corpo auditor desta SMS, processada e aprovada através do Sistema de Informações Ambulatoriais.

CLÁUSULA NONA– DA FORMA DO REPASSE DOS PAGAMENTOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

I - A prestação de contas e a forma de pagamento obedecerão à seguinte disposição: Encaminhar mensalmente à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Departamento de Regulação Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC, a nota fiscal e as certidões negativas requeridas, para certificar e visto atestando a execução dos serviços prestados para posterior encaminhamento ao Departamento de Orçamento e Finanças desta SMS a fim de dar continuidade em conformidade com os trâmites administrativos legais.

II- Para fins de controle, deverá ser encaminhado pela CONTRATADA, juntamente às notas fiscais referentes à produção mensal, a discriminação dos valores por município de residência do paciente, para cada fonte de financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

I - O Contratado deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados, obedecendo as Normas do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais.

II - A equipe médica deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº 1634/2002), ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato.

III - A contratada deverá possuir e disponibilizar as rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento escritas, atualizadas e assinadas pelo responsável técnico. Tais rotinas deverão abordar e abranger todos os processos envolvidos na assistência, contemplando os aspectos organizacionais, operacionais e técnicos, junto à Central Metropolitana de Regulação.

IV - A contratada deverá possuir quando o procedimento se fizer necessário, prontuário ou ficha de anamnese por paciente individualizado, com as informações necessárias para alimentar os bancos de dados do Sistemas utilizados por essa Secretaria Municipal de

Saúde, todas escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos e demais profissionais de saúde que o assistam).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I- A fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, a ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei 8.666/93, cabendo ao representante da Administração promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

II– Serão fixadas as metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas na execução deste contrato através do Plano Operativo da Assistência – POA anexo a este instrumento, com avaliações periódicas pela CONTRATANTE a respeito do cumprimento do que foi pactuado.

III– As avaliações periódicas servirão de referência para futuras alterações contratuais de acordo com as metas atingidas, podendo haver supressões no teto contratual em caso de descumprimento, sem justificativa, das metas estipuladas no POA.

IV- Periodicamente, a CONTRATANTE vistoriará as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas quando da assinatura deste contrato.

V - Os Gestores que irão acompanhar este contrato serão(____).

VI-Os Gestores do contrato deverão realizar o acompanhamento das produções por competência de processamento, verificando as informações processadas e se a execução dos serviços está de acordo com o instrumento contratual. No prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data de entrega da(s) nota(s) fiscal(is) nesta Secretaria Municipal de Saúde - SMS, deverão emitir o relatório mensal de acompanhamento e atestar/liquidar a(s) Nota(s) Fiscal(is);

VII- O corpo auditor desta SMS procederá com a fiscalização do prestador, in loco, de acordo com as escalas de auditoria do Departamento de Regulação Avaliação e Controle -

DRAC e com o cronograma do Ministério da Saúde. Após a conclusão da auditoria, deverá emitir o relatório mensal no prazo de até 05(cinco dias).

Parágrafo primeiro– A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

I - A vigência do presente contrato será de ____ (____) meses, iniciando-se em ____/____/____ e término em ____/____/____ podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, se de interesse da administração até o limite de 60 (sessenta) meses, através de Termo Aditivo, com base no disposto art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, observando o inciso II do artigo 25 da referida normativa legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados, diretamente, por profissionais da empresa CONTRATADA e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos incisos I, II e III, do Parágrafo Primeiro desta cláusula, são admitidos nas dependências da CONTRATADA para prestar serviços decorrentes de contrato celebrado, em separado, com a contratada, razão, pois, de não apenas identificar o universo dos que atuam, mas, periodicamente, comunicar ratificando ou apontando alterações, caso ocorridas.

Parágrafo Primeiro – Para os efeitos deste instrumento consideram-se profissionais da própria empresa CONTRATADA:

I – o membro do seu corpo clínico;

II – o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;

III – o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à CONTRATADA ou se por esta autorizada.

Parágrafo Segundo – Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II, do parágrafo primeiro desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde, extendendo-se também, a esses, a identificação ante a contratante.

I – É vedada a cobrança, ao paciente ou ao seu representante legal, por serviços médicos e pelo fornecimento de material ou medicamento, necessários para a realização de exames, ou atendimentos ambulatoriais ou outros complementares da assistência devida ao paciente, ressalvando os casos de autorização judicial que não estejam contemplados na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO;

II – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por cobrança indevida feita por seu profissional ao paciente ou seu representante, em razão da execução do presente instrumento.

Parágrafo Terceiro – É, de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA, a utilização de pessoal necessário à execução do pactuado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o CONTRATANTE, consoante ao “caput” do Art. 71, da Lei 8.666/93.

I – respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviços oferecidos;

II – garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA fica obrigada a manter todas as condições de habilitação previstas no Art. 27, da Lei 8.666/93, incluída a regularidade fiscal, nos níveis Municipal, Estadual e Federal, através das respectivas Certidões Negativas, conforme o disposto no Art. 55, inciso XIII, da mesma lei.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

I - Comunicar, imediatamente, à contratante, a falha de equipamento ou a ausência de profissional, que possa interferir ou interromper o atendimento aos pacientes do SUS;

II – Manter, sempre atualizado, o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, ressalvado o art. 10, inciso I, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que prevê 18 (dezoito) anos para criança e adolescente;

III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se, sempre, a qualidade da prestação de serviços;

IV – Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do Sistema Único de Saúde, na forma de logotipo e/ou por escrito;

V – justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste instrumento, ato contínuo, cientificar a contratante, para as devidas providências;

VI – manter preposto, aceito pela administração, no local da prestação dos serviços, como previsto no Art. 67, da Lei 8.666/93;

VII – Prestar o serviço ao usuário, na data exata estabelecida pelo Sistema de Regulação, exceto nas hipóteses do inciso I, deste parágrafo;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO PLANO OPERATIVO ANUAL .

O Plano Operativo Assistencial -POA, parte integrante deste contrato, trata-se de uma diretriz para a pactuação de metas entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN e a CONTRATADA, tendo como objetivo a execução de serviços para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentando ações, atividades e metas quantitativas e qualitativas, com indicadores de atenção à saúde de acordo com as políticas prioritárias do SUS, gestão, eficiência e avaliação quanto ao financiamento da assistência prestada.

O POA é condição de eficácia para as contratações oriundas desse chamamento público e deverá ser elaborado em conjunto com o gestor municipal e pactuado pela Secretaria Municipal de Saúde e o Prestador do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE.

I- Os valores estipulados na cláusula oitava, referentes aos recursos Federais, serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas concedidos pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, garantindo sempre o equilíbrio financeiro do Contrato, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.080/90 e da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único- As alterações dos valores contratuais relativos a reajustes de Tabela municipal ou da SIGTAP/SUS, serão feitas mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO.

O presente contrato se extinguirá ao término do prazo de sua vigência; podendo ser denunciado por qualquer das partes, desde que haja notificação prévia de 60 (sessenta) dias e por escrito, respeitadas as obrigações até então assumidas.

§1º-Também constituirá motivo para denunciar o presente instrumento o descumprimento de quaisquer das cláusulas avençadas.

§ 2º - O presente contrato torna sem efeito os contratos anteriormente celebrados entre o Ministério da Saúde e o CONTRATADO que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde.

§ 3º O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I- descumprimento das obrigações contratuais: o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II- irregularidade nas obrigações contratuais: o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III- paralisação das atividades: a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

IV- descumprimento das determinações da autoridade competente: o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V- faltas na execução do contrato: o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pelo representante da administração;

-VI- falência e insolvência civil: a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII- dissolução de sociedade: a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.;

VIII- alteração social: a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

IX- interesse público de alta relevância: razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

I - O presente instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município ou jornal de divulgação oficial do Município de Natal, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, sendo providenciada a ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO.

I - As partes elegem o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente instrumento que não puderam ser resolvidas pela partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma para um único efeito, sendo também subscrito por 2 (duas) testemunhas.

Natal (RN) ____ de _____ de 20__

Secretário Municipal de Saúde

Representante do Contratado

Testemunhas:

2. _____

Nome:

CPF:

3. _____

Nome:

CPF:

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no (a) _____, para os devidos fins do Chamada Pública nº ___/20__-SMS, sob as penas da lei, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, com Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto na Lei e no Edital da citada Chamada Pública, expressamente, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação.

Natal, ____ de _____ de 20 ____.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBS.: Esta declaração deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.

01.02 A Documentação relativa à habilitação deverá ser entregue à Comissão Especial da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Fabrício Pedrosa, 915, 2º piso, sala 113, Areia Preta, Natal-RN, em envelope lacrado e devidamente identificado da seguinte forma: **Envelope nº 1 “DOCUMENTOS”**.

- Na hipótese de ocorrer feriado, ou fato superveniente, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

ANEXO V

TABELAS MUNICIPAIS

Tabela Municipal de Diárias Globais para Enfermaria.

Estão Contemplados no valor da diária: Diária de Enfermaria, correspondente a um período de 24h (vinte e quatro horas) ininterruptas.

Excetuando-se a primeira diária, a qual será tida como integral, caso o último período de internação seja inferior a 24h (vinte e quatro horas), o valor será fracionado proporcionalmente ao tempo transcorrido até a alta do paciente, sendo para cada hora completada o correspondente a 1/24 (um vinte e quatro avos) do valor da diária;

- Exames: laboratoriais e de patologia clínica, radiologia simples, ultrassonográficos e cardiológicos;
- Nutrição: Todas as dietas Enteral e Parenteral (artesanais e industrializadas)
- Medicamentos: Conforme prescrição médica, todos, inclusive agentes fibrinolíticos e antibióticos;
- Taxas de enfermagem, inclusive cuidado pós-morte;
- Taxas de salas;
- Taxas de equipamentos, incluindo todos os acessórios para manutenção e funcionamento dos mesmos (aspirador, bomba de infusão, monitor de PA/PC, oxímetro, respirador, entre outros);
- Gases (inalação, respirador e cateter);
- Todo e qualquer descartável usado no paciente, incluindo equipos e cateteres em geral, kit transdutor de pressão, botas pneumáticas, sondas, botton, curativos (todos os tipos), manta térmica, entre outros;
- Fonoterapia, Psicologia, Nutricionista, Fisioterapia;

Não estão contemplados no valor da diária:

Antifúngicos, quimioterápicos, imunobiológicos, hemoderivados, OPME, hemodiálise, exames de endoscopia digestiva e respiratória, colonoscopia, ecodoppler, tomografia computadorizada e ressonância magnética;

O valor cobrado pelos procedimentos de Hemodiálise será de R\$ 600,00(seiscentos reais); Para os antifúngicos deverá ser adotado o menor valor entre as tabelas Brasindice e SIMPRO;

Exames de tomografia computadorizada e ressonância magnética terão como referência o valor da tabela SIGTAP-SUS com o acréscimo de 100% (cem por cento);

Exames de endoscopia digestiva e respiratória, colonoscopia e ecodoppler obedecerão aos preços das Tabelas municipais;

Os demais mencionados, somente poderão ser cobrados no valor da Tabela SIGTAP-SUS.

Enfermaria tipo I

Valor da diária = R\$ 400,00

Incluem-se os pacientes internados, com complexidade baixa ou média, podendo fazer uso de curativos simples, até um tipo de antibiótico, sem oxigênio de alto fluxo (exclui-se cateter nasal), podendo usar nebulização, cuja permanência poderá ser de até oito dias.

Enfermaria tipo II

Valor da diária = R\$ 900,00

Incluem-se pacientes internados com maior complexidade/gravidade, podendo fazer uso de mais de um tipo de antibiótico simultaneamente, oxigenioterapia, curativos especiais, dietas enterais, aspirações, isolamento e cuja permanência será superior a oito dias.

A auditoria da SMS irá avaliar o(s) tipo de diária de cada paciente, de acordo com os critérios pré estabelecidos, podendo mudar, a qualquer momento, de acordo com a evolução do quadro clínico do paciente, mediante a aplicação de questionário de avaliação de gravidade do paciente.

A diferença dos valores processados com base na Tabela SIGTAP-SUS será custeada com recursos do Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal nas proporções de 60% e 40% respectivamente.

Tabela Municipal de Diárias Globais para UTI

Valor da Diária: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Estão Contemplados no valor da diária:

- Diária de UTI “compreende todas as ações necessárias à manutenção da vida do paciente potencialmente grave ou com descompensação de um ou mais sistemas orgânicos em leito dotado de sistema de monitorização contínua e que com o suporte e tratamento intensivos tenha possibilidade de se recuperar. Inclui assistência médica e de enfermagem durante as 24 horas ininterruptas, com recursos humanos especializados, com equipamentos específicos próprios e outras tecnologias destinadas a diagnóstico e tratamento”.
- Exames: laboratoriais, patologia clínica, radiologia simples, ultrassonográficos e cardiológicos;
- Nutrição: Todas as dietas Enteral e Parenteral (artesaniais e industrializadas);
- Medicamentos: Conforme prescrição médica, todos, inclusive agentes fibrinolíticos e antibióticos;
- Taxas de enfermagem, inclusive cuidado pós-morte;
- Taxas de salas;
- Taxas de equipamentos, incluindo todos os acessórios para manutenção e funcionamento dos mesmos (aspirador, bomba de infusão, monitor de PA/PC, oxímetro, respirador, entre outros);
- Gases (inalação, respirador e cateter);
- Todo e qualquer descartável usado no paciente, incluindo equipos e cateteres em geral, kit transdutor de pressão, botas pneumáticas, sondas, botton, curativos (todos os tipos), manta térmica, entre outros;
- Fonoaterapia, Psicologia, Nutricionista, Fisioterapia;

Não estão contemplados no valor da diária:

Antifúngicos, quimioterápicos, imunobiológicos, hemoderivados, OPME, hemodiálise, exames de endoscopia digestiva e respiratória, colonoscopia, ecodoppler, tomografia computadorizada e ressonância magnética;

O valor cobrado pelos procedimentos de Hemodiálise será de R\$ 600,00(seiscentos reais);
Para os antifúngicos deverá ser adotado o menor valor entre as tabelas Brasindice e SIMPRO;

Exames de tomografia computadorizada e ressonância magnética terão como referência o valor da tabela SIGTAP-SUS com o acréscimo de 100% (cem por cento);

Exames de endoscopia digestiva e respiratória, colonoscopia e ecodoppler obedecerão aos preços das Tabelas municipais;

Os demais mencionados, somente poderão ser cobrados no valor da Tabela SIGTAP-SUS.

A diferença dos valores processados com base na Tabela SIGTAP-SUS será custeada com recursos do Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal nas proporções de 60% e 40% respectivamente.

Tabela Municipal de procedimentos de cardiologia

Procedimento	Valor unitário
Consulta em cardiologia + Eletrocardiograma	R\$40,00
Teste ergométrico convencional - 3 ou mais derivações simultâneas (inclui ECG basal convencional)	R\$63,50
Holter de 24hrs 2 ou mais canais - analógico	R\$63,50
Holter de 24hrs 3 canais - digital	R\$63,50
Monitorização ambulatorial da pressão arterial - MAPA (24 horas)	R\$63,50
Ecodopplercardiograma transesofágico (inclui transtorácico)	R\$183,47
Ecodopplercardiograma transtorácico	R\$63,50
Ecodopplercardiograma com estresse farmacológico	R\$183,47
Ecodopplercardiograma com estresse físico	R\$183,47
Ecodopplercardiograma com estresse físico ou farmacológico com contraste	R\$259,15
Cateterismo cardíaco	R\$1.150,00

Tabela Municipal de procedimentos endoscópicos

Procedimento	Valor unitário
Endoscopia digestiva alta	R\$211,02

Teste de urease	R\$29,62
Endoscopia digestiva alta com biópsia e teste de urease	R\$330,25
Colonoscopia (inclui retossigmoidoscopia)	R\$465,23
Colonoscopia com biópsia e/ou citologia	R\$508,01
Retossigmoidoscopia flexível	R\$183,47
Retossigmoidoscopia rígida	R\$73,25
Retossigmoidoscopia flexível com biópsia e/ou citologia	R\$217,27
Retossigmoidoscopia rígida com biópsia e/ou citologia	R\$100,67
Cistoscopia e/ou uretroscopia	R\$183,47
Biópsia endoscópica de bexiga (inclui cistoscopia)	R\$217,27
Ureteroscopia flexível unilateral	R\$362,19
Ureteroscopia rígida unilateral	R\$330,25
Laringoscopia/traqueoscopia para diagnóstico e/ou biópsia (tubo rígido)	R\$330,25
Laringoscopia/traqueoscopia para diagnóstico e/ou biópsia com aparelho flexível	R\$183,47
Broncoscopia com biópsia transbrônquica	R\$426,97
Broncoscopia com ou sem aspirado ou lavado brônquico bilateral	R\$330,25
Pleuroscopia	R\$869,87
Mediastinoscopia via cervical	R\$869,87
Anestesia para endoscopia diagnóstica PA 2	R\$248,30

Tabela Municipal de procedimentos de mastologia

PROCEDIMENTO	Valor unitário
Punção ou biópsia mamária percutânea por agulha fina orientada por US	R\$183,47
Biópsia percutânea de fragmento mamário por agulha grossa (core biopsy) orientada por US	R\$259,15
Biópsia percutânea com agulha grossa, em consultório	R\$183,47
Mamotomia por US (não inclui o exame de imagem)	R\$395,93
Marcação pré-cirúrgica por nódulo - máx de 3 nódulos por mama, por US	R\$183,47

Tabela Municipal de procedimentos de diagnóstico por imagem

Procedimento	Valor unitário
ULTRASSONOGRAFIAS	
USG - Abdomen inferior	R\$73,25
USG - Abdomen superior	R\$100,67

USG - Abdomen total	R\$141,66
USG - Aparelho urinário	R\$73,25
USG - Doppler colorido arterial de membro inferior - unilateral	R\$362,19
USG - Doppler colorido arterial de membro superior - unilateral	R\$362,19
USG - Doppler colorido de vasos	R\$240,63
USG - Doppler venoso de membro inferior - unilateral	R\$362,19
USG - Doppler venoso de membro superior - unilateral	R\$362,19
USG - Mamária bilateral	R\$73,25
USG - Próstata transretal com biópsia até 8 fragmentos	R\$330,25
USG - Próstata transretal com biópsia mais de 8 fragmentos	R\$395,93
USG - Transvaginal	R\$73,25
USG- bolsa escrotal	R\$73,25
USG- de articulação	R\$73,25
USG- de órgão transplantado	R\$63,50
USG- doppler de fluxo obstétrico	R\$141,66
USG- Globo Ocular - bilateral	R\$73,25
USG- obstétrica	R\$73,25
USG- obstétrica c/ doppler colorido e pulsado	R\$131,54
USG- pélvica	R\$73,25
USG- próstata (via abdominal)	R\$73,25
USG- próstata (via transretal)	R\$131,54
USG- tireóide	R\$73,25
USG- tórax (extracardíaca)	R\$63,50
USG- transfontanela	R\$100,67
RADIOGRAFIAS	VALOR
Radiografia Bilateral de órbitas (PA + oblíquas + Hirtz)	R\$55,56
Radiografia de abdome (ap + lateral/localizada)	R\$41,67
Radiografia de abdome agudo (mínimo de 3 incidências)	R\$41,67
Radiografia de abdome simples (AP)	R\$27,78
Radiografia de antebraço	R\$27,78
Radiografia de arcada zigomático-malar (AP + oblíquas)	R\$41,67
Radiografia de articulação acromio-clavicular	R\$27,78
Radiografia de articulação coxo-femoral	R\$27,78
Radiografia de articulação escapulo-umeral	R\$27,78
Radiografia de articulação esterno-clavicular	R\$27,78
Radiografia de articulação temporo-mandibular bilateral	R\$27,78
Radiografia de articulação tíbio-tarsica	R\$27,78

Radiografia de bacia	R\$27,78
Radiografia de braço	R\$27,78
Radiografia de calcâneo	R\$27,78
Radiografia de cavum (lateral + Hirtz)	41,67
Radiografia de clavícula	R\$27,78
Radiografia de coluna cervical (AP + lateral + TO + Oblíquas)	R\$41,67
Radiografia de coluna cervical (AP + lateral + TO/flexão)	R\$27,78
Radiografia de coluna cervical funcional/dinâmica	R\$27,78
Radiografia de coluna lombo-sacra	R\$27,78
Radiografia de coluna lombo-sacra (c/oblíquas)	R\$27,78
Radiografia de coluna lombo-sacra funcional/dinâmica	R\$27,78
Radiografia de coluna torácica (AP+lateral)	R\$41,67
Radiografia de coluna toraco-lombar	R\$27,78
Radiografia de coluna toraco-lombar dinâmica	R\$27,78
Radiografia de coração e vasos da base (PA + lateral + oblíqua)	R\$55,56
Radiografia de coração e vasos da base (PA + lateral)	R\$41,67
Radiografia de costelas (por hemitorax)	R\$27,78
Radiografia de cotovelo	R\$27,78
Radiografia de coxa	R\$27,78
Radiografia de crânio (PA + lateral + oblíqua/Bretton + Hirtz)	R\$41,67
Radiografia de crânio (PA + lateral)	R\$27,78
Radiografia de de articulação sacro ilíaca	R\$27,78
Radiografia de dedos da mão	R\$27,78
Radiografia de escapula/ombro (três posições)	R\$27,78
Radiografia de esôfago	R\$55,57
Radiografia de esterno	R\$27,78
Radiografia de estômago e duodeno	R\$100,67
Radiografia de joelho (AP+ lateral)	41,67
Radiografia de joelho ou patela (AP+ lateral + oblíqua+ 3 axiais)	R\$97,23
Radiografia de joelho ou patela (AP+ lateral + axial)	R\$55,56
Radiografia de laringe	R\$27,78
Radiografia de mão	R\$27,78
Radiografia de mão e punho (p/ determinação de idade óssea)	R\$27,78
Radiografia de mastóide / rochedos (bilateral)	R\$41,67
Radiografia de maxilar (PA + oblíqua)	41,67
Radiografia de mediastino (PA e perfil)	R\$41,67
Radiografia de ossos da face (MN + lateral + Hirtz)	R\$55,56
Radiografia de pé/dedos do pé	R\$27,78

Radiografia de perna	R\$27,78
Radiografia de punho (ap + lateral + oblíqua)	R\$55,56
Radiografia de região orbitária (localização de corpo estranho)	R\$27,78
Radiografia de região sacro coccigea	R\$27,78
Radiografia de seios da face (FN + MN + lateral + Hirtz)	69,45
Radiografia de sela tursica (PA + lateral + Bretton)	R\$55,56
Radiografia de torax (apico-lordortica)	R\$27,78
Radiografia de torax (PA + inspiração + expiração + lateral)	R\$41,67
Radiografia de torax (PA + lateral + oblíqua)	R\$27,78
Radiografia de torax (PA e perfil)	R\$27,78
Radiografia de torax (PA padrão OIT)	R\$27,78
Radiografia de torax (PA)	R\$27,78
Radiografia oclusal	R\$15,87
Radiografia panorâmica	R\$27,78
Radiografia panorâmica de coluna total - telespondilografia (p/escoliose)	R\$41,67
Radiografia panorâmica de membros inferiores	R\$27,78
Radiografia peri-apical interproximal (Bite-Wing)	R\$15,87
Clister opaco c/ duplo contraste	R\$141,66
Colangiografia pós operatória	R\$55,57
Colangiografia pré operatória	R\$55,57
Fistulografia	R\$55,57
Histerossalpingografia	R\$100,67
Radiografia de intestino delgado (trânsito)	R\$100,67
Radiografia p/ estudo do delgado c/ duplo contraste (enteroclise)	R\$100,67
Uretrocistografia	R\$100,67
Urografia Venosa	R\$100,67

Tabela Municipal de Procedimentos de Traumatologia Ortopedia Hospitalar

COD_PROC	DESC_PROC	VALOR
0408010010	ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES ESCAPULO-TORACICAS	537,42
0408010029	ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES ESCAPULO-UMERAIS	738,27
0408010037	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL (NAO CONVENCIONAL)	1.196,08
0408010045	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL PARCIAL	1.848,90
0408010053	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL TOTAL	

		1.196,08
0408010061	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL TOTAL - REVISAO / RECONSTRUCAO	1.282,18
0408010070	DESARTICULACAO DA ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	561,16
0408010088	DESARTICULACAO INTERESCAPULO-TORACICA	2.173,50
0408010096	ESCAPULOPEXIA C/ OU S/ OSTEOTOMIA DA ESCAPULA / RESSECCAO BARRA OMO-CERVICAL	3.154,82
0408010100	OSTECTOMIA DA CLAVICULA OU DA ESCAPULA	431,20
0408010118	OSTEOTOMIA DA CLAVICULA OU DA ESCAPULA	930,00
0408010126	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DA CINTURA ESCAPULAR	54,54
0408010134	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO ESCAPULO-UMERAL	280,58
0408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	1.955,00
0408010150	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	1.002,53
0408010169	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO COLO E CAVIDADE GLENOIDE DE ESCAPULA	552,09
0408010177	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CORPO DE ESCAPULA	939,38
0408010185	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	1.025,63
0408010193	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ESCAPULO-UMERAL AGUDA	1.220,00
0408010207	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ESTERNO-CLAVICULAR	426,98
0408010215	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO RECIDIVANTE / HABITUAL DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	552,09
0408010223	TRATAMENTO CIRURGICO DE RETARDO DE CONSOLIDACAO DA PSEUDARTROSE DE CLAVICULA / ESCAPULA	1.220,00
0408010231	TRATAMENTO CIRURGICO DESCOMPRESSIVO SUB-ACROMIAL	412,78
0408020016	AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE MAO E PUNHO	275,72
0408020024	AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE MEMBROS SUPERIORES	631,61
0408020032	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	1.220,00
0408020040	ARTROPLASTIA DE ARTICULACAO DA MAO	461,82
0408020059	ARTROPLASTIA DE CABECA DO RADIO	472,72
0408020067	ARTROPLASTIA DE PUNHO	977,30
0408020075	ARTROPLASTIA TOTAL DE COTOVELO	792,19

0408020083	ARTROPLASTIA TOTAL DE COTOVELO (REVISAO / RECONSTRUCAO)	607,09
0408020091	CUPULECTOMIA RADIAL / RESSECCAO DO OLECRANO	977,30
0408020105	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES	287,17
0408020121	REALINHAMENTO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS DA MAO	294,02
0408020130	RECONSTRUCAO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO	451,37
0408020148	RECONSTRUCAO DE POLIA TENDINOSA DE MAO	294,02
0408020156	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DE COTOVELO	284,50
0408020164	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO UMERO	378,78
0408020172	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA NO PUNHO	189,59
0408020180	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LUXACAO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI	151,14
0408020199	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DA DIAFISE DO UMERO	149,84
0408020202	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO	204,04
0408020210	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DOS METACARPIANOS	189,00
0408020229	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO COTOVELO	451,37
0408020237	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO E METACARPO-FALANGIANA / METATARSO-FALANGIANA / INTER-FALANGIANA	189,15
0408020245	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO NO PUNHO	140,43
0408020253	REIMPLANTE DO OMBRO ATE O TERCO MEDIO DO ANTEBRACO	5.071,57
0408020261	REIMPLANTE DO TERCO DISTAL DO ANTEBRACO ATE OS METACARPIANOS	5.071,57
0408020270	REIMPLANTE OU REVASCULARIZACAO AO NIVEL DA MAO E OUTROS DEDOS (EXCETO POLEGAR)	652,73
0408020288	REIMPLANTE OU REVASCULARIZACAO DO POLEGAR	834,41
0408020296	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO DO MEMBRO SUPERIOR (EXCETO MAO)	268,15
0408020300	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	680,58
0408020318	TRANSPOSICAO DA ULNA PARA O RADIO	593,80
0408020326	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO	751,10
0408020334	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERO	824,45
0408020342	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MAO (COM FIXACAO)	689,45
0408020350	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE EPICONDILLO / EPITROClea DO UMERO	702,66
0408020369	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DO CONDILO / TROCANTER DO UMERO / APOFISE CORONARIA DO ULNA / CABECA DO RADIO	786,48

0408020377	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METACARPIANOS	737,94
0408020385	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA SUPRA-CONDILIANA DO UMERO	914,00
0408020393	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO UMERO	1.399,00
0408020407	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	1.039,22
0408020415	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES / METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	1.092,06
0408020423	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRACO (C/ SINTESE)	1.012,97
0408020431	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA UNICA DO RADIO / DA ULNA	1.012,37
0408020440	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO	785,76
0408020458	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA-LUXACAO DE GALEAZZI / MONTEGGIA / ESSEX-LOPRESTI	593,84
0408020466	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO	838,73
0408020474	TRATAMENTO CIRURGICO DE GIGANTISMO DA MAO	191,64
0408020482	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO / PUNHO	230,55
0408020490	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO DA MUSCULATURA INTRINSECA DA MAO / SUA LIBERACAO	317,56
0408020504	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR	472,72
0408020512	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO CARPO-METACARPIANA	747,20
0408020520	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DOS OSSOS DO CARPO	280,62
0408020539	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METACARPO-FALANGIANA	689,50
0408020547	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO OU FRATURA-LUXACAO DO COTOVELO	936,88
0408020555	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DA MAO	755,59
0408020563	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DO ANTEBRACO	1.174,50
0408020571	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DO UMERO	1.012,56
0408020580	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE AO NIVEL DO COTOVELO	990,25

0408020598	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIAO METAFISO-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA	990,20
0408020601	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDO-RETARDO / CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA AO NIVEL DO CARPO	319,68
0408020610	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA / DESINSERCAO / ARRANCAMENTO CAPSULO-TENO-LIGAMENTAR NA MAO	867,08
0408020628	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA DA MAO (POR ESPACO INTERDIGITAL)	276,00
0408020636	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINOSTOSE RADIO ULNAR	602,64
0408020644	TRATAMENTO CIRURGICO P/ CENTRALIZACAO DO PUNHO	343,36
0408030011	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO TORACICA POSTERIOR CINCO NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030020	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO	3.550,22
0408030038	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR DOIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO	2.489,87
0408030046	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR SEIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO	6.057,21
0408030054	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR TRES NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO	7.867,55
0408030062	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR TRES NIVEIS	5.774,38
0408030070	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR DOIS NIVEIS	2.397,72
0408030089	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR C1-C2 VIA TRANS-ORAL / EXTRA-ORAL	3.841,38
0408030097	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR CINCO NIVEIS	6.423,11
0408030100	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR QUATRO NIVEIS	6.423,11
0408030119	ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR UM NIVEL	2.397,71
0408030127	ARTRODESE CERVICAL POSTERIOR C1-C2	2.052,88
0408030135	ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL UM NIVEL	7.321,69
0408030143	ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL DOIS NIVEIS	7.481,71
0408030151	ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL QUATRO NIVEIS	7.481,71
0408030160	ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL TRES	

	NIVEIS	7.481,71
0408030178	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C2) POSTERIOR	2.397,71
0408030186	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C3)POSTERIOR	2.397,71
0408030194	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C4)POSTERIOR	2.397,71
0408030208	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C5) POSTERIOR	2.397,71
0408030216	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C6)POSTERIOR	2.397,71
0408030224	ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C7) POSTERIOR	2.397,71
0408030232	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO	3.154,82
0408030240	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR (DOIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTCAO)	3.550,22
0408030259	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR, TRES NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030267	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR (UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO)	3.818,95
0408030275	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR (TRES NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO)	4.757,41
0408030283	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR CINCO NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030291	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, DOIS NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030305	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, QUATRO NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030313	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, SEIS NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.747,51
0408030321	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, SETE NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO	4.757,41
0408030330	COSTO-TRANSVERSECTOMIA	2.169,64
0408030348	COSTOPLASTIA (3 OU MAIS COSTELAS)	431,60
0408030356	DESCOMPRESSAO DA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA TRANSORAL / RETROFARINGEA	2.440,02
0408030364	DESCOMPRESSAO OSSEA NA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA POSTERIOR	2.034,59
0408030372	DESCOMPRESSAO OSSEA NA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA POSTERIOR C/	

	AMPLIACAO DURAL	2.127,31
0408030380	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (1 NIVEL C/ MICROSCOPIO)	3.154,82
0408030399	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (UM NIVEL)	2.907,61
0408030402	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NIVEIS)	2.907,61
0408030410	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS OU MAIS NIVEIS C/ MICROSCOPIO)	3.160,08
0408030429	DISCECTOMIA CERVICAL ANTERIOR (ATE 2 NIVEIS C/ MICROSCOPIO)	3.154,82
0408030437	DISCECTOMIA CERVICAL POR VIA ANTERIOR (1 NIVEL)	2.446,99
0408030445	DISCECTOMIA CERVICAL POR VIA ANTERIOR (2 OU MAIS NIVEIS)	3.013,71
0408030453	DISCECTOMIA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR (C/ 2 OU MAIS NIVEIS)	3.154,82
0408030461	DISCECTOMIA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR (1 NIVEL)	3.154,82
0408030470	DRENAGEM CIRURGICA DO PSOAS	530,09
0408030500	RESSECCAO DE 2 OU MAIS CORPOS VERTEBRAIS CERVICAIS (INCLUI RECONSTRUCAO)	3.536,35
0408030518	RESSECCAO DE 2 OU MAIS CORPOS VERTEBRAIS TORACO-LOMBO-SACROS (INCLUI RECONSTRUCAO)	3.536,35
0408030526	RESSECCAO DE COCCIX	293,37
0408030534	RESSECCAO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL / DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS)	2.127,32
0408030542	RESSECCAO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL DISTAL A C2 (ATE 2 SEGMENTOS)	2.034,59
0408030550	RESSECCAO DE UM CORPO VERTEBRAL CERVICAL	3.160,08
0408030569	RESSECCAO DE UM CORPO VERTEBRAL TORACO-LOMBO-SACRO (INCLUI RECONSTRUCAO)	3.160,08
0408030577	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA CERVICAL POR VIA ANTERIOR	3.160,08
0408030585	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA CERVICAL POR VIA POSTERIOR	1.898,52
0408030593	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR	3.160,08
0408030607	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR	5.745,89

0408030615	REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR	3.474,40
0408030623	REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE DA COLUNA CERVICAL POSTERIOR	2.169,35
0408030631	REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR	3.037,09
0408030640	REVISAO DE ARTRODESE TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDOARTORSE DA COLUNA CERVICAL ANTERIOR	2.169,35
0408030658	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERO-POSTERIOR NOVE OU MAIS NIVEIS	4.696,38
0408030666	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR OITO NIVEIS	4.263,80
0408030674	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR QUATRO NIVEIS	3.154,82
0408030682	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR CINCO NIVEIS	3.550,22
0408030690	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR POSTERIR NOVE NIVEIS	3.550,22
0408030704	VERTEBROPLASTIA POR DISPOSITIVO GUIADO EM UM NIVEL	1.943,65
0408030712	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR SEIS NIVEIS	4.225,32
0408030720	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR SETE NIVEIS	3.634,64
0408030739	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR OITO NIVEIS	3.834,18
0408030747	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA NIVEL C1 - C2 POR VIA ANTERIOR (OSTEOSSINTESE)	3.256,74
0408030755	TRATAMENTO CIRURGICO DE TORCICOLO CONGENITO	159,67
0408030763	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR NOVE NIVEIS	4.267,99
0408030771	TRATAMENTO CIRURGICO DESCOMPRESSIVO AO NIVEL DO DESFILADEIRO TORACICO	565,89
0408030780	VERTEBROPLASTIA POR DISPOSITIVO GUIADO DOIS NIVEIS	1.947,84
0408030798	VERTEBROPLASTIA POR DISPOSITIVO GUIADO TRES NIVEIS	1.947,84
0408030801	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR DOZE NIVEIS OU MAIS	2.321,40
0408030810	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR DEZ NIVEIS	2.321,40

0408030828	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR ONZE NIVEIS	2.321,40
0408030836	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR DOIS NIVEIS	2.321,40
0408030844	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERIOR TRES NIVEIS	2.321,40
0408030852	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR CINCO NIVEIS	2.321,40
0408030860	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA POSTERIOR SEIS NIVEIS	2.321,40
0408030879	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR TRES NIVEIS	2.321,40
0408030887	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR QUATRO NIVEIS	2.321,40
0408030895	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR DOIS NIVEIS	2.321,40
0408030909	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA POSTERIOR SETE NIVEIS	2.321,40
0408030917	ARTRODESE CERVICAL / CERVICO TORACICA POSTERIOR QUATRO NIVEIS INCLUI INSTRUMENTACAO	2.321,40
0408040017	ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES COXO-FEMURAIAS	3.386,17
0408040025	ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES DA SINFISE PUBICA	2.055,56
0408040033	ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES SACRO-ILIACAS	1.538,29
0408040041	ARTROPLASTIA DE QUADRIL (NAO CONVENCIONAL)	3.386,19
0408040050	ARTROPLASTIA DE QUADRIL PARCIAL	4.234,25
0408040068	ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL (CONVERSAO)	4.399,25
0408040076	ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL (REVISAO / RECONSTRUCAO)	7.310,97
0408040084	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL CIMENTADA	5.596,36
0408040092	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NAO CIMENTADA / HIBRIDA	4.996,75
0408040106	DESARTICULACAO DA COXO-FEMORAL	3.386,11
0408040114	DESARTICULACAO INTERILIO-ABDOMINAL	

		4.588,64
0408040122	EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR	1.374,40
0408040130	EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU	1.374,37
0408040149	OSTECTOMIA DA PELVE	2.379,09
0408040157	OSTEOTOMIA DA PELVE	3.386,20
0408040165	RECONSTRUCAO OSTEOPLASTICA DO QUADRIL	3.625,75
0408040173	REDUCAO INCRUENTA C/ MANIPULACAO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA DO QUADRIL P/ APLICAO DE DISPOSITIVOS DE CONTENCAO	275,32
0408040181	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO CONGENITA COXO FEMORAL	261,26
0408040190	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO COXO-FEMORAL TRAUMATICA / POS-ARTROPLASTIA	485,80
0408040203	REDUCAO INCRUENTA DISJUNCAO / LUXACAO / FRATURA / FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DO ANEL PELVICO	160,00
0408040211	RETIRADA DE ENXERTO AUTOGENO DE ILIACO	70,97
0408040220	REVISAO CIRURGICA DE LUXACAO COXO-FEMORAL CONGENITA	3.386,19
0408040238	TRANSPOSICAO / TRANSFORMACAO MIOTENDINOSA DO PSOAS EM NEUROMUSCULAR	1.538,08
0408040246	TRATAMENTO CIRURGICO COM AVULSAO DE TUBEROSIDADES / ESPINHAS E CRISTA ILIACA S/ LESAO DO ANEL PELVICO	293,37
0408040254	TRATAMENTO CIRURGICO DE ASSOCIACAO FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO / DISJUNCAO DO ANEL PELVICO	2.165,56
0408040262	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO / DISJUNCAO DO ANEL PELVICO OSTEOTAXIA	1.831,57
0408040270	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO COCCIX	293,37
0408040289	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO COXO-FEMORAL C/ FRATURA DA EPIFISE FEMORAL	3.506,82
0408040297	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO ACETABULO	2.279,50
0408040300	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO SACRO	293,37
0408040319	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA-LUXACAO DA ARTICULACAO COXO-FEMORAL (DUPLO ACESSO)	3.386,08
0408040327	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO COXO-FEMORAL CONGENITA	3.386,11

0408040335	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO COXO-FEMORAL TRAUMATICA / POS-ARTROPLASTIA	3.386,08
0408040343	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA / PARALITICA DO QUADRIL	3.386,11
0408050012	AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE MEMBROS INFERIORES	1.971,19
0408050020	AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE PE E TARSO	695,14
0408050039	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	910,28
0408050047	ARTROPLASTIA DE JOELHO (NAO CONVENCIONAL)	3.624,26
0408050055	ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO - REVISAO / RECONSTRUCAO	3.624,26
0408050063	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	3.847,95
0408050071	ARTROPLASTIA UNICOMPARTIMENTAL PRIMARIA DO JOELHO	2.449,59
0408050080	FASCIOTOMIA DE MEMBROS INFERIORES	1.067,01
0408050101	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	882,80
0408050110	QUADRICEPSPLASTIA	3.624,26
0408050128	REALINHAMENTO DO MECANISMO EXTENSOR DO JOELHO	1.067,00
0408050136	RECONSTRUCAO DE TENDAO PATELAR / TENDAO QUADRICIPITAL	3.666,52
0408050144	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR DO TORNOZELO	674,27
0408050152	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR EXTRA-ARTICULAR DO JOELHO	1.100,79
0408050160	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR)	3.781,61
0408050179	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	3.781,61
0408050187	RECONSTRUCAO OSTEOPLASTICA DO JOELHO	4.404,74
0408050195	REDUCAO INCRUENTA DA LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO-FALANGIANA / INTERFALANGIANA DO PE	149,84
0408050209	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS	149,84
0408050217	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	269,46
0408050225	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA DISTAL DA	191,35

	TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	
0408050233	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA PROXIMAL DO FEMUR	211,29
0408050241	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DOS OSSOS DO TARSO	149,84
0408050250	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA OU LESAO FISARIA DO JOELHO	191,35
0408050268	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO JOELHO	141,73
0408050276	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO FEMURO-PATELAR	141,73
0408050284	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO SUBTALAR E INTRATARSICA	149,84
0408050292	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO TARSO-METATARSICA	149,84
0408050306	REIMPLANTE AO NIVEL DA COXA ATE O TERCO PROXIMAL DA PERNA	5.071,57
0408050314	REIMPLANTE DO TERCO MEDIO DA PERNA ATE O PE	5.071,57
0408050322	REPARO DE BAINHA TENDINOSA AO NIVEL DO TORNOZELO	349,83
0408050330	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE)	792,00
0408050349	REVISAO CIRURGICA DO PE TORTO CONGENITO	409,15
0408050357	SINDACTILIA CIRURGICA DOS DEDOS DO PE (PROCEDIMENTO TIPO KELIKIAN)	409,15
0408050365	TALECTOMIA	386,74
0408050373	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR	733,01
0408050381	TRANSFERENCIA DO GRANDE TROCANTER (PROCEDIMENTO ISOLADO)	1.374,40
0408050390	TRANSFERENCIA MUSCULAR / TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR	1.238,77
0408050403	TRANSPLANTE DE MENISCO	3.624,26
0408050411	TRANSPOSICAO DA FIBULA PARA A TIBIA	1.127,78
0408050420	TRATAMENTO CIRURGICO DAS DESINSERCOES DAS ESPINHAS INTERCONDILARES / EPICONDILARES	618,04
0408050438	TRATAMENTO CIRURGICO DE AVULSAO DO GRANDE E DO PEQUENO TROCANTER	1.374,40
0408050446	TRATAMENTO CIRURGICO DE COALISAO TARSAL	386,75
0408050454	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO-PE	851,68
0408050462	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS	851,07

0408050470	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODACTILOS	527,35
0408050489	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SINTESE)	2.363,35
0408050497	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	1.030,93
0408050500	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA	1.802,36
0408050519	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO FEMUR	1.914,21
0408050527	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXACAO INTERNA (PATELECTOMIA)	1.168,06
0408050535	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CALCANEIO	754,98
0408050543	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PILAO TIBIAL	910,43
0408050551	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL	1.121,12
0408050560	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TALUS	522,36
0408050578	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	987,51
0408050586	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CONDILOS DO FEMUR	1.038,72
0408050594	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA AO NIVEL DO JOELHO	674,19
0408050608	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DISTAL DE TIBIA	1.038,72
0408050616	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA	2.107,14
0408050624	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FEMUR (METAFISE DISTAL)	2.107,14
0408050632	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	1.914,27
0408050640	TRATAMENTO CIRURGICO DE GIGANTISMO DO PE	474,47
0408050659	TRATAMENTO CIRURGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	461,80
0408050667	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)	965,54
0408050675	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO INFERIOR	1.374,37
0408050683	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DO JOELHO	975,32
0408050691	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO-	654,00

	FALANGIANA / INTER-FALANGIANA	
0408050705	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO SUBTALAR E INTRA-TARSICA	386,92
0408050713	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO TARSO-METATARSICA	654,00
0408050721	TRATAMENTO CIRURGICO DE METATARSO PRIMO VARO	386,78
0408050730	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE CAVO	386,78
0408050748	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE PLANO VALGO	654,00
0408050756	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TALO VERTICAL	409,15
0408050764	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO	981,98
0408050772	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO (INVETERADO)	1.022,90
0408050780	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA AO NIVEL DO TARSO	792,84
0408050799	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DA DIAFISE DO FEMUR	1.572,76
0408050802	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DA REGIAO TROCANTERIANA (COLO DO FEMUR)	1.374,41
0408050810	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DO COLO DO FEMUR	2.006,16
0408050829	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DO PE	792,84
0408050837	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA METAFISE DISTAL DO FEMUR	1.374,41
0408050845	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO AO NIVEL DO JOELHO	987,24
0408050853	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE CONGENITA DA TIBIA	1.067,11
0408050861	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DA DIAFISE TIBIAL	1.604,87
0408050870	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DA METAFISE TIBIAL	1.571,50
0408050888	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	1.100,79
0408050896	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	1.058,36
0408050900	TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX RIGIDUS	386,78
0408050918	TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	659,14

0408050926	TRATAMENTO DAS LESOES OSTEO-CONDRAIS POR FIXACAO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO	3.874,36
0408060018	ALONGAMENTO / ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO	614,99
0408060026	ALONGAMENTO E/OU TRANSPORTE DE OSSEO DA MAO E DO PE	368,97
0408060034	ALONGAMENTO E/OU TRANSPORTE OSSEO (EXCETO DA MAO E DO PE)	2.310,89
0408060042	AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE DEDO	682,57
0408060050	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULACOES	618,30
0408060069	ARTROPLASTIA DE RESSECCAO DE MEDIA / GRANDE ARTICULACAO	2.558,32
0408060077	ARTROPLASTIA DE RESSECCAO DE PEQUENAS ARTICULACOES	654,00
0408060085	BURSECTOMIA	378,22
0408060093	DESCOMPRESSAO COM ESVAZIAMENTO MEDULAR POR BROCAGEM / VIA CORTICOTOMIA	1.374,41
0408060107	DIAFISECTOMIA DE OSSOS LONGOS	725,80
0408060115	ENCURTAMENTO DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE	1.127,78
0408060123	EXPLORACAO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MEDIAS / GRANDES ARTICULACOES	850,52
0408060131	EXPLORACAO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULACOES	468,31
0408060140	FASCIECTOMIA	386,84
0408060158	MANIPULACAO ARTICULAR	289,10
0408060166	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS E CURTOS DA MAO E DO PE	386,80
0408060174	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE	1.029,10
0408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS E CURTOS DA MAO E DO PE	754,81
0408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE	1.029,00
0408060204	REINSERCAO MUSCULAR	307,94
0408060212	RESSECCAO DE CISTO SINOVIAL	468,31
0408060239	RESSECCAO DE TUMOR E RECONSTRUCAO C/ RETALHO MICROCIRURGICO	4.002,20
0408060247	RESSECCAO DE TUMOR E RECONSTRUCAO C/ RETALHO NAO MICROCIRURGICO (EXCETO MAO E PE)	2.096,06
0408060255	RESSECCAO DE TUMOR E RECONSTRUCAO C/ TRANSPORTE OSSEO	2.096,05
0408060263	RESSECCAO DE TUMOR OSSEO C/ SUBSTITUICAO (ENDOPROTESE)	5.022,65

0408060271	RESSECCAO DE TUMOR OSSEO E RECONSTRUCAO C/ ENXERTO	2.096,06
0408060280	RESSECCAO DE TUMOR OSSEO E RECONSTRUCAO C/ RETALHO NAO MICROCIURGICO (APENAS MAO E PE)	2.096,06
0408060298	RESSECCAO DE TUMOR OSSEO E RECONSTRUCAO POR DESLIZAMENTO	948,20
0408060301	RESSECCAO MUSCULAR	307,94
0408060310	RESSECCAO SIMPLES DE TUMOR OSSEO / DE PARTES MOLES	730,99
0408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	402,39
0408060336	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-OSSEO	428,51
0408060344	RETIRADA DE ESPACADORES / OUTROS MATERIAIS	270,94
0408060352	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-OSSEO	278,16
0408060360	RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO	278,20
0408060379	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	654,00
0408060387	RETIRADA DE PROTESE DE SUBSTITUICAO DE GRANDES ARTICULACOES (OMBRO / COTOVELO / QUADRIL / JOELHO)	1.374,37
0408060395	RETIRADA DE PROTESE DE SUBSTITUICAO EM PEQUENAS E MEDIAS ARTICULACOES	687,18
0408060409	RETIRADA DE TRACAO TRANS-ESQUELETICA	409,81
0408060417	RETRACAO CICATRICAL DOS DEDOS C/ COMPROMETIMENTO TENDINOSO (POR DEDO)	294,02
0408060425	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO DOS DEDOS	358,23
0408060433	TENODESE	294,02
0408060441	TENOLISE	485,13
0408060450	TENOMIORRAFIA	477,31
0408060468	TENOMIOTOMIA / DESINSERCAO	519,37
0408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDAO UNICO	1.488,97
0408060484	TENORRAFIA UNICA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO	1.002,84
0408060492	TRANSPLANTE DO HALUX P/ O POLEGAR	494,13
0408060506	TRANSPLANTE DO SEGUNDO PODODACTILIO P/ POLEGAR / QUALQUER OUTRO DEDO DA MAO	2.052,78
0408060514	TRANSPLANTE MUSCULO-CUTANEO C/ MICRO-ANASTOMOSE NO TRONCO / EXTREMIDADE	2.539,34
0408060522	TRANSPLANTE OSTEO-MUSCULO-CUTANEO C/ MICRO-ANASTOMOSE NO TRONCO OU EXTREMIDADES	1.925,71
0408060530	TRANSPOSICAO / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MULTIPLA	876,13
0408060530	TRANSPOSICAO / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MULTIPLA	876,13
0408060549	TRANSPOSICAO / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA UNICA	324,46
0408060557	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS	

	ARTICULACOES)	1.180,06
0408060565	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULACOES	386,80
0408060573	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MAO E PE)	560,93
0408060581	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRACAO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR	858,32
0408060590	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE	1.945,79
0408060603	TRATAMENTO CIRURGICO DE HERNIA MUSCULAR	369,53
0408060611	TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO EM ARTROPLASTIA DAS MEDIAS / PEQUENAS ARTICULACOES	638,74
0408060620	TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO POS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULACOES)	1.036,82
0408060638	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO INTER-FALANGEANA	275,80
0408060646	TRATAMENTO CIRURGICO DE MAO OU PE EM FENDA / DEDO BIFIDO / MACRODACTILIA	511,45
0408060662	TRATAMENTO CIRURGICO DE POLIDECTILIA ARTICULADA	654,00
0408060670	TRATAMENTO CIRURGICO DE RETRACAO MUSCULAR	801,44
0408060697	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA COMPLEXA (C/ FUSAO OSSEA)	192,98
0408060700	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS)	710,06
0802010083	DIARIA DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO (UTI II)	700,00
0802010091	DIARIA DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO (UTI III)	700,00
0414020308	RETIRADA DE MATERIAL DE SINTESE	240,00

Tabela Municipal de Procedimentos de Buco Maxilo Facial

PROCEDIMENTO	VALOR HOSPITALAR	VALOR SERVIÇOS PROFISSIONAIS	VALOR TOTAL
OSTEOTOMIA DE MANDÍBULA	774,08	263,97	1.038,05
OSTEOSSINTESE DA MANDIBULA	777,52	183,26	960,78
OSTEOSSINTESE NASO-ORBETMOIDAL	586,04	220,06	806,10
OSTEOPLASTIA FRONTO - ORBITAL	724,11	224,06	948,17
RECONSTRUÇÃO TOTAL DE MANDIBULA/MAXILA	735,36	175,01	910,37
REDUÇÃO DE FRATURA DA MAXILA - LE FORT II, SEM OSTEOSSINTESE	562,36	181,92	744,28
OSTEOSSINTESE DE FRATURA COMPLEXA DA MAXILA	750,40	186,66	937,06

TRATAMENTO CIR. DE FRATURA DO OSSO ZIGOMATICO S/OSTEOSSINTESE	681,07	170,76	851,83
OSTEOSSINTESE DA FRATURA DO OSSO ZIGOMATICO	729,12	170,76	899,88

Tabela Ambulatorial da Traumato Ortopedia da SMS Natal

CÓDIGO/ PROCEDIMENTO	VL. MUN.
0301060100 - ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	55,15
0301060061 - ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	23,95
0301010072 - CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	23,95
0303090014 - ARTROCENTESE DE GRANDES ARTICULACOES	30,69
0303090030 - INFILTRACAO DE SUBSTANCIAS EM CAVIDADE SINOVIAL (ARTICULACAO, BAINHA TENDINOSA)	5,63
0303090073 - REVISAO C/ TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO INFERIOR	60,26
0303090081 - REVISAO C/ IMOBILIZACAO NAO GESSADA EM LESAO DA COLUNA VERTEBRAL	50,13
0303090090 - REVISAO C/ TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR	60,26
0303090111 - REVISAO C/ TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESAO DA COLUNA VERTEBRAL	64,90
0303090120 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (C/ IMOBILIZACAO)	54,89
0303090146 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE COSTELAS	27,34
0303090154 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE PUNHO COM LUVA GESSADA	61,09
0303090162 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE OSSO METACARPICO	26,97
0303090189 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DO ESTERNO	27,00
0303090200 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO INFERIOR C/ IMOBILIZACAO	62,90
0303090219 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO DA COLUNA CERVICAL C/ IMOBILIZACAO	71,37
0303090227 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO SUPERIOR C/ IMOBILIZACAO	62,45
0303090235 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA C/ ORTESE	68,00
0303090251 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO DE COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA C/ IMOBILIZACAO	47,58
0303090260 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS	28,80
0303090286 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO LIGAMENTAR EM MEMBRO C/ IMOBILIZACAO	52,80
0408010134- REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA/LUXACAO ESCAPULO	52,19

0408020164 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA/LESAO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO UMERO	52,19
0408020172 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA/LESAO FISARIA NO PUNHO	49,19
0408020180 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA/LUXACAO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI	47,62
0408020199 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DA DIAFISE DO UMERO	48,10
0408020202 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTE	48,10
0408020229 - REDUCAO DE INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO COTOVELO	47,62
0408020245 - REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO NO PUNHO	49,19
0408050195 - REDUCAO INCRUENTA DA LUXACAO/FRATURA-LUXACAO METATARSO-FALANGIANA INTERFALANGIANA DO PE	44,70
0408050209 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSO	44,70
0408050225 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISE LESAO FISARIA DISTAL DA TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	56,75
0408050241 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DOS OSSOS DO TARSO	44,70
0408050250 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA OU LESAO FISARIA DO JOELHO	56,75
0408050268 - REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO/FRATURA-LUXACAO DO JOELHO	54,08
0408050284 - REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA/LUXACAO SUBTALA	44,70
0408050292 - REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA/LUXACAO TARSO-METATARSICA	44,70
0408010126 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DA CINTURA ESCAPULAR	44,28
0408050276 - REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO FEMURO -PATELAR	41,84
0408050217 - REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA/LUXACAO-LUXACAO DO TORNOZELO	44,70
0408020300 - TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	28,42
0408050330 - REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE)	20,00
0408060042 - AMPUTACAO/DESARTICULACAO DE DEDO	28,42
0408060085 - BURSECTOMIA	28,42
0408060158 - MANIPULACAO ARTICULAR	28,42
0408060212 - RESECCAO DE CISTO SINOVIAL	28,42
0408060220 - RESECCAO DE EXOSTOSE	28,42
0408060301 - RESECCAO MUSCULAR	28,42
0408060409 - RETIRADA DE TRACAO TRANS ESQUELETICA	28,42
0408060425 - REVISAO CIRURGICA COTO DE AMPUTACAO DOS DEDOS	20,00
0408060450 - TENOMIORRAFIA	28,42
0408060654 - TRATAMENTO CIRURGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADA	28,42
0408060689 - TRATAMENTO CIRURGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	28,42